



JORGE RAFAEL VIDELA E O “PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL”: A CONSTRUÇÃO DE UMA DITADURA MILITAR

Carlos Molinari Rodrigues Severino

Universidade de Brasília
Departamento de História

Professor Dr.:
Francisco Doratioto

Brasília
2013

JORGE RAFAEL VIDELA E O “PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL”: A
CONSTRUÇÃO DE UMA DITADURA MILITAR

Carlos Molinari Rodrigues Severino

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Corrigida por:

Prof. Dr. Francisco Doratioto – Orientador

Prof. Dr. Luiz Paulo Nogueira

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Brasília

2013

Dedico este trabalho
aos meus pais,
Silvia e Erivan,
que sempre
me apoiaram.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a quem muito me ajudou na confecção desta monografia.

Ao meu Orientador, Prof. Francisco Doratioto, que demonstrou grande interesse e conhecimento no assunto, sempre sugerindo leituras, opinando, corrigindo e guiando a pesquisa, com toda a sua experiência acadêmica. Sem os seus conselhos e a sua atenção, seria impossível organizar este trabalho.

Agradecer à Biblioteca Central da UnB, local onde pude encontrar grande parte da bibliografia utilizada.

E, aos amigos do curso de História, que fizeram com que, esses quatro anos de estudos passassem rápido, e que me proporcionaram um ótimo convívio social.

"É falso e até mesmo ingênuo querer simplificar os fatos ao extremo de afirmar que tudo o que ocorreu naquela época foi resultante de confrontos armados entre grupos antagônicos, neste caso, pobres jovens idealistas versus militares que os reprimiam por pensar distintamente; tudo isso, diante dos olhos de uma sociedade alheia e expectadora".

Jorge Rafael Videla, 2010

Resumo

Este trabalho monográfico se propõe a estudar o período em que o general-ditador Jorge Rafael Videla esteve no poder na Argentina, entre 1976 e 1981, cuja ação de combate aos opositores do regime ficou conhecida como “guerra suja”. Para grupos de direitos humanos, até 30 mil pessoas foram mortas pela repressão militar no país, escrevendo um dos capítulos mais sombrios da história recente da nação. Para remontar a época pesquisada, apresentamos notícias publicadas nos principais órgãos da imprensa brasileira, aliadas aos trabalhos de diversos historiadores contemporâneos e até mesmo a interpretações do próprio Videla para os fatos mais polêmicos. Com isso, aprofundamos a pesquisa na tentativa de explicar a situação política e social daqueles anos de triste memória para muitos argentinos.

Abstract

This paper intends to study the period during which the general and dictator Jorge Rafael Videla ruled Argentina, between 1976 and 1981, and whose actions against the regime opponents were called "dirty war." According to human rights groups up to 30 thousand people were assassinated by the military repression in the country, becoming one of the most somber periods in the recent history of the nation. In order to retrace the researched time, we present news published by the mainstream Brazilian media together with articles of several contemporary historians, and even the views of Videla himself about some of the most controversial events connected to the dictatorship. With that we deepen our research trying to explain the political and social situation in those years of sad memories to many Argentines.

Sumário

	Introdução	1
I	Tudo muda em três anos: de Cmpora a Videla (1973 a 1976)	4
	1.2 - Agitaes Decisivas (1975)	7
	1.3 – Enfim, o golpe (1976)	12
II	A “Guerra Suja”	17
	2.1 – As vítimas do Processo de Reorganiza Nacional	21
	2.2 – Futebol como propaganda do regime	27
III	O fim da ditadura e o início dos julgamentos	32
	Conclusão	38

Introdução

Este trabalho monográfico se propõe a estudar a construção de um regime ditatorial militar na Argentina, especificamente no período em que o general Jorge Rafael Videla esteve no poder, entre 1976 e 1981, e cujas ações de combate aos opositores ficaram conhecidas, genericamente, como “guerra suja”.

O objetivo é aprofundar a história cronológica dos fatos, dando ênfase principalmente ao campo político. Analisaremos como a imprensa brasileira daquela época e os principais historiadores deste século viram o desenrolar de uma das mais agressivas ditaduras da América Latina. No decorrer da pesquisa, iremos expor também as justificativas nada imparciais, dadas pelo próprio ditador, para explicar os fatos ocorridos em solo argentino e que teriam causado um “genocídio” de até 30 mil pessoas, segundo organizações de Direitos Humanos.

Foi feita uma remontagem do período, a partir do momento em que Juan Domingo Perón volta do exílio, após 18 anos, anistiado pelo presidente Héctor Campora. Analisando aquele “peronismo tardio” - usando a classificação dada pelo historiador norte-americano Paul Drake¹ -, podemos estabelecer as bases para compreender melhor os anseios dos argentinos nos anos 70.

Além dos aspectos considerados, o trabalho parte da premissa que a morte do presidente Perón e a posse de sua vice, a viúva Isabelita, no cargo, gerou uma era de “desgoverno”, em que a nova presidenta não conseguiu controlar a crise econômica, nem soube lidar com o imenso descontentamento de grupos radicais, que transformaram o país em alvo fácil de ataques terroristas. A fragilidade em que se encontrava o Estado nos meses em que Isabelita esteve à frente da Casa Rosada levou a imprensa, os empresários, a Igreja e alguns políticos a apoiarem o golpe.

Para concretizar tais objetivos, recorreremos a uma série de livros publicados recentemente – já em pleno processo de democratização -, por autores brasileiros e argentinos, além de jornais e revistas editadas no Brasil naquele período, que serviram de fontes primárias.

No recolhimento das principais fontes, a disponibilização do acervo na internet pelo *Jornal do Brasil*, da *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, revista *Veja* e da revista *Placar* facilitou muito a pesquisa aqui desenvolvida.

No século XX, intervenções militares no Estado argentino eram corriqueiras. Em um período de 46 anos, por seis vezes as Forças Armadas depuseram um presidente democraticamente eleito e impuseram um general para o governo. Isso ocorreu em 1930, com a queda de Yrigoyen e a ascensão do general Uriburu. Aconteceu novamente em 1943, com a deposição de Ramón Castillo; em 1955, quando Perón foi deposto pela chamada “Revolução Libertadora”; em 1962, quando

¹ Apud. AGGIO, Alberto & LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. Editora Unesp, 2003, p. 146.

Frondizi foi preso por militares na ilha Martín García²; em 1966, quando o general Onganía tomou o poder num golpe que depôs Arturo Illia³ e, enfim, em 1976, com Videla, Massera e Agosti.

Os golpes de 1966 e 1976 foram diferentes dos anteriores justamente por causa da longa duração: sete anos, cada um. Antes, os militares tomavam o governo, “ordenavam” a situação e logo convocavam novas eleições. Em 1976, quase toda a América do Sul estava sendo governada por ditaduras militares. No Brasil e no Chile, por exemplo, a tomada de poder visava impedir que os países caíssem nas “mãos perigosas” do comunismo. Na Argentina, porém, não havia este risco. Muito pelo contrário. “O inimigo era o terrorismo, não o PC” – disse Videla em uma entrevista ao jornalista Ceferino Reato.

O “terrorismo” era representado por grupos extremistas de esquerda – os Montoneros (que talvez tivesse em seus quadros uns 5 mil guerrilheiros) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP). Além disso, uma força paramilitar de direita, a Aliança Anticomunista Argentina, também aumentava a insegurança nacional realizando ações contra juízes, chefes de polícia, políticos e ativistas sociais.

Desde o final 1975, no entanto, os militares já tinham autorização para “aniquilar os elementos subversivos em todo o território do país”, graças a um decreto assinado pelo presidente interino e presidente do Senado, Ítalo Luder, que tinha aceitado o mais radical dos quatro planos propostos pelo Comandante em Chefe do Exército, Jorge Videla, para acabar de vez com os terroristas.

A partir de março de 1976, quando tomaram o poder das mãos de Isabelita Perón, alegando “vazio de poder”⁴ e que a “República corria sérios riscos”, os militares implantaram o chamado “Processo de Reorganização Nacional”, que acabou implantando um verdadeiro “terrorismo de Estado”, que entrou para a história como a “Guerra Suja”, assunto analisado nesta monografia.

O trabalho foi dividido em partes. Inicialmente, analisamos o cenário da reabertura política na Argentina em 1973, o retorno de Perón, sua vitória eleitoral, seu breve mandato e a confirmação de Isabelita como nova chefe de estado. Como consequência, a Argentina viveu um caos no ano de 1975, aterrorizada por bombas de grupos extremistas, tanto de esquerda quanto de direita. Como que um ato subsequente inevitável, surgiu o golpe de 24 de março de 1976, que destituiu e prendeu Isabelita, e deu à Junta Militar o controle do país, encabeçada pelo general Jorge Rafael Videla. As ações da “Guerra Suja” também são tema deste trabalho, quando o Estado respondeu à violência das organizações de esquerda ainda com mais violência. A explicação dada pelo próprio ditador Videla

² POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina 1962-1973 – De la caída de Frondizi a la restauración peronista*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1994, p. 21.

³ Idem, ibidem, p. 228.

⁴ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 158.

para preferir o “desaparecimento” dos subversivos a prisões revela a forma como a ditadura encarou aquela missão de “sanear” o país de quem pensava diferente do regime.

A reação social a tantos desaparecimentos, tema bastante explorado na historiografia sobre este período, nos faz analisar o movimento das “Mães da Praça de Maio” e também a longa investigação feita até hoje pelas “Avós da Praça de Maio”, na procura por seus netos que a ditadura raptou.

Ao mesmo tempo em que um grupo de mães chorava, a nação argentina vivia um momento de grande expectativa: a realização e a conquista da Copa do Mundo de 1978. Assim como Mussolini fez com o Mundial de 1934 na Itália, assim como Hitler usou as Olimpíadas de 1936 para mostrar a superioridade da raça ariana, eis que Videla soube se aproveitar do título para tentar demonstrar que o país vivia uma era de prosperidade – inclusive com a chegada da televisão colorida, mesmo que com um atraso de seis anos em relação ao Brasil.

O último capítulo retrata o anticlímax da história da ditadura argentina. Após Videla passar a faixa presidencial em 1981, os seus sucessores, também generais, não conseguiram se manter no poder por muitos meses. Na Argentina, a fragorosa derrota na Guerra das Malvinas foi o início do fim dos ditadores no país. Desde então, os militares que participaram do “Processo de Reorganização Nacional” foram condenados a penas que chegavam à prisão perpétua. A partir de 1983, jamais as Forças Armadas tiveram apoio e sustentação para retomar a “era dos golpes” e o país vem caminhando sob uma democracia há 30 anos.

I – Tudo muda em três anos: de Cámpora a Videla (1973 a 1976)

A Argentina da década de 1970 encontrava-se em grande instabilidade política. Com o retorno do ex-presidente Juan Domingo Perón do exílio, em 20 de junho de 1973, via-se por parte de alguns segmentos populares a volta dos “bons tempos” para o país.⁵

A figura popular de Perón – presidente entre 1946 e 1955 -, um verdadeiro mito para os argentinos, acendia as esperanças de que o rumo do desenvolvimento poderia voltar. Afinal, muitos se lembravam de que tinha sido ele quem realizou grandes transformações, com a estatização das ferrovias, empresas de telefonia e companhias de eletricidade. Além disso, ocorreu um grande crescimento da indústria, com a regulação das importações, e os trabalhadores ganharam direitos à aposentadoria, férias remuneradas, cobertura de acidentes de trabalho e seguro médico.⁶

Após a queda de seu governo, em 1955, por um golpe militar, saiu exilado para o Paraguai e depois, seguiu para a Espanha, onde viveu até o seu regresso em 1973. O fim do exílio ocorreu graças à vitória eleitoral que levou Hector Campora à presidência, dando o poder novamente aos “peronistas”, que tinham vivido 18 anos na oposição. Campora concedeu anistia a todos os presos do período militar e trouxe Perón de volta. Mas, logo que chegou, Perón já pôde perceber a exaltação de ânimos entre seus partidários.

Tiroteios que deixaram de dois a oito mortos e de 100 a 250 feridos impediram que 2 milhões de argentinos vissem e ouvissem Juan Domingo Perón, que regressou ontem a Buenos Aires após 18 anos de exílio. Os incidentes fizeram com que o ex-presidente desembarcasse não em Ezeiza, mas em Moron, e fosse diretamente para sua residência em Vicente López.

Perón transferiu sua fala à nação, através de uma cadeia de rádio e televisão, para hoje à noite. Ele anunciou ontem a decisão aos decepcionados argentinos, vindos de todas as províncias do país. “Expressarei meus pensamentos a meus compatriotas, que têm o direito de conhecê-los” – disse ele, lamentando as violências.

O ex-presidente expressou seus agradecimentos aos “amigos que viajaram 15 mil quilômetros para me acompanhar no momento do meu regresso”. Em companhia do presidente Hector Campora e da comitiva oficial, depois de passar por Vicente López, Perón seguiu para a residência oficial de Olivos, onde ficará hospedado.

A concentração perto do aeroporto internacional de Ezeiza foi considerada a maior reunião popular de toda a história argentina. O presidente Campora lamentou que a manifestação tivesse degenerado em distúrbios, “perpetrados por provocadores que tentam destorcer a essência dos festejos do regresso do ex-presidente”.

⁵ FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de & SOUZA, Francisco Iderlan Meneses de. *O coro dos descontentes: o ato de contestar e resistir na ditadura militar argentina*. Revista Ameríndia, Universidade Federal do Ceará, Volume 4, Número 2, p. 1-2. Fortaleza, 2007. Disponível em versão eletrônica na internet em: <http://www.amerindia.ufc.br/articulos/pdf4/bruno.pdf>

⁶ HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e Política – Tempos de Vargas e Perón*. Coleção Comunicação 9, 2ª edição. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2001, p. 78.

Desde terça-feira ao meio-dia a Argentina está praticamente paralisada à espera de Perón. Admiradores e seguidores do ex-presidente chegaram a Buenos Aires de todos os recantos do país, de carro, trem e até a pé, concentrando-se no aeroporto para aplaudir o seu desembarque.

O povo acredita que com a chegada de Perón, “o verdadeiro governante da Argentina”, o país consiga a paz interna e a verdadeira unidade nacional. O ex-presidente vai enfrentar, na sua tarefa pela reconciliação, a extrema-esquerda armada e disposta a radicalizar o processo argentino. Os distúrbios de ontem, além da mudança do programa, provocaram um reforço do esquema de segurança presidencial.⁷

Menos de um mês depois do retorno de Perón, o presidente “peronista” Hector Campora renunciou ao cargo, ficando no poder apenas de 25 de maio (data da posse) a 13 de julho de 1973. Tudo para que, novas eleições fossem convocadas e que o povo, naturalmente, recolocasse Perón no comando da nação. Reviver os êxitos dos anos 40 e 50 parecia ser o desejo dos argentinos.

O presidente Hector Campora e o vice-presidente Vicente Solano Lima anunciaram ontem à noite sua renúncia e a convocação de eleições dentro de 45 dias, com Juan Domingo Perón como candidato à presidência da Argentina.

Os pedidos de renúncia serão formalizados hoje às 13 horas, ao serem entregues ao Congresso, que, duas horas mais tarde, em sessão conjunta, se pronunciará sobre sua aceitação. O passo seguinte será emendar a atual Lei de Acefalia (vacância na presidência), porque Perón faz questão de assumir o poder através de eleições diretas.

Até o pleito, a Argentina ficará sob o governo do presidente da Câmara, Raul Lastiri. O presidente do Senado, Alejandro Díaz Biale, que de direito ocuparia o cargo, viajou ontem à noite para a Europa, a fim de evitar o problema.

Perón, *El Viejo*, volta ao poder como em 1946: multidões nas ruas e aclamação popular na *Plaza de Mayo*. Grupos de trabalhadores, transportados em caminhões, se dirigem para Buenos Aires, vindos de vários pontos do país. Dezenas de manifestantes desfilaram ontem em frente à casa de Perón, dando-lhe vivas até vê-lo chegar à porta e acenar. O líder da Confederação Geral dos Trabalhadores disse que o pensamento da classe é de que “o General tem que assumir”.⁸

Evidente que tamanha popularidade se traduziu em uma vitória eleitoral. Mas, ao contrário do que se imaginava, de que Perón formaria uma chapa com Ricardo Balbin, líder da União Cívica Radical do Povo, para ocupar a vice-presidência, eis que a convenção do Partido Justicialista, em 4 de agosto de 1973, escolheu a terceira esposa de Perón, Maria Estela Martínez. Como uma espécie de vaticínio, o *Jornal do Brasil* publicou dois dias depois o problema que esta indicação poderia implicar:

Uma possível manutenção da candidatura de Isabel como resposta à negativa das forças políticas não-peronistas e também como fruto da luta interna no seio do justicialismo –

⁶ Jornal do Brasil, 21 de junho de 1973, p. 1.

⁷ Idem, 13 de julho de 1973, p. 1.

Isabel está sendo transformada numa bandeira da direita do peronismo, contra os jovens esquerdistas do partido – poderia criar um impasse que Perón, certamente, tem sempre presente.

O nome de Eva Duarte Perón também foi cogitado, em agosto de 1951, para o cargo. Mas, no dia 22 daquele mês ela teve de renunciar publicamente à sua candidatura diante de uma enorme multidão reunida na Praça Central de Buenos Aires, por imposição dos militares.

Hoje, as razões que eles teriam para vetar a candidatura de Isabel são mais fortes. Sabem que a saúde de Perón, que completará 78 anos dentro de dois meses, está abalada e não será inevitável que a sua morte ocorra antes do término do seu mandato. Então, como poderiam os militares permitir que Isabel assumisse a presidência, e com ela o Comando Supremo das Forças Armadas (atribuição do mais alto mandatário do país)?

E nada indica que a sensibilidade dos militares argentinos tenha mudado dos tempos de Eva para os tempos de Isabel.⁹

A vitória da chapa Perón-Perón ocorreu no dia 23 de setembro de 1973, conquistando sete milhões de votos (62% do eleitorado). Os candidatos radicais Ricardo Balbin e Fernando de la Rúa obtiveram 24% dos votos.¹⁰

O governo de Juan Domingo Perón durou exatamente oito meses e 18 dias, até o seu falecimento em 1º de julho de 1974, em consequência de uma cardiopatia crônica com insuficiência renal. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* abria manchetes não com a morte já há muito anunciada de Perón, mas com o fato de que os militares não iriam tomar o poder e apoiavam que a vice-presidenta Isabelita Perón assumisse o cargo: “Forças Armadas apóiam a viúva de Perón”.¹¹

Isabelita viveu momentos extremamente turbulentos no cargo. A ex-dançarina – quando conheceu Perón, trabalhava em um cabaré no Panamá¹² – que virou presidenta, logo teve que enfrentar o terrorismo de diversos grupos exaltados, como o ERP (Exército Revolucionário do Povo¹³), os Montoneros (que durante anos combateram os militares pela volta de Perón, lançaram guerra a Isabelita, acusando-a de trair o “peronismo”¹⁴) e a Triple-A (Aliança Anticomunista Argentina).

Para sobreviver à sucessão de ataques, Isabelita decretou, em 6 de novembro de 1974, o estado de sítio e convocou os militares para a aplicação deste estado de exceção. Naquele ano, pelo menos 178 assassinatos por motivos políticos já tinham ocorrido no país.¹⁵

⁸ Jornal do Brasil, 6 de agosto de 1973, p. 8.

¹⁰ Idem, 24 de setembro de 1973, p. 1.

¹⁰ Idem, 2 de julho de 1974, p. 1.

¹² GAMBINI, Hugo. *Historia Del Peronismo III (1956-1983) – La Violencia*. Stockcero. Flórida, Estados Unidos, 2008, p. 6.

¹³ Desde a eleição de Juan Domingo Perón, em setembro de 1973, o ERP já declarava que iria continuar sua luta armada até que “a classe operária e o povo assumam o poder”. Vide Jornal do Brasil, 24 de setembro de 1973, p. 1.

¹⁴ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007, p. 102.

¹⁴ Jornal do Brasil, 7 de novembro de 1974, p. 8.

A tentativa de diminuir o ímpeto dos Montoneros teve momentos extremamente bizarros, como a esperança do governo de que, trazendo os restos mortais de Eva Perón – morta em 1952, aos 33 anos – para o país, isso fosse acalmar a ira dos radicais de esquerda peronistas. Em 17 de novembro de 1974, a cena patética de Isabelita Perón recebendo um caixão proveniente de Madri foi fotografada pelas agências de notícia e transmitida via radiofoto para os principais jornais do mundo.¹⁶

No mesmo dia, os Montoneros cumpriram sua promessa macabra de devolver o corpo do ex-presidente Pedro Eugênio Aramburu, que tinha sido roubado do cemitério da Recoleta no mês anterior. Aramburu fora seqüestrado e assassinado pelos próprios membros da esquerda peronista em 1970. A sinistra “troca de corpos” era uma tentativa de apaziguar as arestas com o grupo radical.

Uma das crises que o governo de Maria Estela enfrenta no momento é a radicalização crescente de algumas facções peronistas, responsáveis por muitos dos assassinatos políticos ocorridos no país. Como a volta dos restos mortais de Evita tem sido uma das exigências do movimento peronista desde o desaparecimento de seu corpo, o governo certamente espera capitalizar politicamente o acontecimento de ontem.¹⁷

Com toda a instabilidade possível, Isabelita Perón tinha sobrevivido aos últimos seis meses de 1974 na presidência e nada indicava que em 1975 ela teria um ano melhor. Em seus discursos, relembrava sempre a memória do marido falecido e até mesmo de Eva Perón, como se a solução a curto prazo para os inúmeros problemas da Argentina ainda dependesse deles dois. “O General e Eva Perón, tal como estrelas brilhantes no céu da pátria, guiarão de sua imortalidade o caminho de nossa recuperação nacional”.¹⁸

1.1 – Agitações decisivas

A *Folha de São Paulo* publicou, em sua edição de 25 de março de 1976, um resumo cronológico dos fatos que foram ocasionando o esgotamento do governo de Isabelita Perón. Analisando os principais acontecimentos do ano de 1975, tanto no plano das ações terroristas quanto na grave crise econômica, parece claro que os seus dias na presidência estavam contados.

Logo em fevereiro daquele ano, Isabelita ordenou que o Exército erradicasse um foco de guerrilha rural do ERP na província de Tucumán. Os militares, então, assumiram o comando da luta

¹⁶ Segundo o jornalista Ariel Palácios, correspondente do jornal *Estado de São Paulo* na Argentina, Isabelita Perón, por invejar o carisma de Evita Perón, deitava-se sobre o caixão da antecessora para tentar captar seus “fluidos energéticos”, ideia sugerida pelo Ministro do Bem-Estar Social, José López Rega, conhecido como *El Brujo*. Vide: PALÁCIOS, Ariel. “Evita, presidentes e fantasmas no turístico Cemitério da Recoleta” in: *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. V14, 13 de maio de 2008. Disponível também no endereço eletrônico: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,evita-presidentes-e-fantasmas-no-turistico-cemiterio-da-recoleta,171744,0.htm>

¹⁶ Jornal do Brasil, 18 de novembro de 1974, p. 8.

¹⁷ Idem, ibidem.

contra a guerrilha que estava em mãos das forças policiais. Se a violência em Tucumán foi controlada, poucos dias depois, em Córdoba, o cônsul norte-americano John Patrick Eagan foi assassinado, agora pelos Montoneros.

Em março, mais um golpe, desta vez no bolso dos argentinos. O peso foi desvalorizado em 100 por cento. A falta de solução para os atentados terroristas fez com que Isabelita Perón destituísse, em maio, o comandante do Exército, Leandro Anaya, colocando em seu lugar Alberto Numa Laplane. Naquele momento de total instabilidade, era de se prever que Laplane também não ficasse muito tempo no cargo.¹⁹

Mas, a mudança mais comentada ocorreu logo depois. Celestino Rodrigo assumiu o Ministério da Economia, em substituição a Alfredo Gomez Moráles. Celestino foi responsável por agravar ainda mais a frágil situação econômica, ampliando a inflação e gerando um colapso, logo apelidado de “Rodrigazo”.²⁰

Em junho, Celestino Rodrigo desvalorizou o peso mais uma vez em 100 por cento. Ao mesmo tempo, os preços dos produtos mais básicos subiam entre 60 e 180 por cento.

O Ministro do Interior, Alberto Rocamora, informou aos senadores, numa sessão secreta, que houve 5.799 atos de violência política desde a volta do peronismo ao poder, em março de 1973. O novo Ministro da Economia, Celestino Rodrigo, anunciou ontem à noite a desvalorização do peso argentino e um novo aumento do preço dos combustíveis.²¹

À crise econômica, social e às ações das guerrilhas que assolavam o país, adicionaram-se outros dramas a partir de julho de 1975. Os argentinos identificaram em José López Rega, Ministro do Bem-Estar Social e secretário particular da presidenta, o principal culpado pela situação caótica do país. Os manifestantes diziam que era López Rega quem influenciava as decisões da indecisa Isabelita Perón.

O principal conselheiro e secretário particular de Perón, López Rega (1916-1989), conhecido como *El Brujo*, passa a exercer uma influência significativa na condução do processo político.

Peronista de direita, já durante o governo de Lastiri, começou a organizar a AAA – *Alianza Anticomunista Argentina* –, desviando recursos públicos para armar grupos paramilitares. Em decorrência das ações que comandou clandestinamente neste período, estima-se que foram praticados mais de 1.500 assassinatos, sequestros e atos de terrorismo, como a explosão de bombas e outros tipos de atentados, num crescendo de violência. López Rega perseguiu, implacavelmente, políticos, artistas e intelectuais de esquerda na Argentina, fazendo com que, muitos deles procurassem refúgio, exilando-se no exterior.

¹⁹ Folha de São Paulo, 25 de março de 1976, p. 10.

¹⁹ FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de & SOUZA, Francisco Iderlan Meneses de. *O coro dos descontentes: o ato de contestar e resistir na ditadura militar argentina*. Revista Ameríndia, Universidade Federal do Ceará, Volume 4, Número 2, p. 2. Fortaleza, 2007. Disponível em versão eletrônica na internet em: <http://www.amerindia.ufc.br/articulos/pdf4/bruno.pdf>

²⁰ Jornal do Brasil, 5 de junho de 1975, p. 1.

O governo de Isabelita – profundamente influenciado por *El Brujo* – foi marcado por uma inflação galopante e aumento dos conflitos entre grupos paramilitares.²²

A pressão dos 100 mil manifestantes que foram às ruas no dia 27 de junho acabou produzindo resultado: no dia 8 de julho, Isabelita cedeu às pressões da CGT e aumentou em 100 por cento os salários dos trabalhadores. Como resultado imediato, todo o gabinete pediu demissão. A medida popular espantou qualquer especialista em economia:

A aceitação pelo governo dos novos níveis salariais – que em alguns casos serão elevados em 130% - condena a Argentina, de acordo com os economistas, a um ritmo de inflação ainda maior que os atuais 2,5% semanais, tornando bem mais grave a situação do país. A atual crise causou à Argentina prejuízos calculados em 800 milhões de dólares.²³

Com o cerco fechado, o Ministro López Rega recebeu sua demissão em 11 de julho. Quatro dias depois, fugiu para um auto-exílio na Espanha. Não era recomendável que ele permanecesse na instável e violenta Argentina daqueles tempos. Como prova de fidelidade, ganhou um “diploma” de Isabelita – que de pouco lhe valeu – o de “Embaixador Plenipotenciário perante os governos europeus”²⁴.

No aniversário da morte de Evita Perón, os Montoneros continuaram aterrorizando. Em 25 de julho de 1975, nada menos que 25 atentados simultâneos ocorreram em Buenos Aires²⁵. Era a prova de que nem mesmo os militares, nem mesmo a polícia tinham controle sobre os grupos rebeldes.

Pressionada, Isabelita Perón teve que ser mais enérgica. Os militares exigiram a substituição do comandante geral do Exército, Alberto Numa Laplane, por Jorge Rafael Videla. Isabelita, temendo desagradar aos militares – acatou.²⁶

Jorge Rafael Videla, 50 anos, ganhou status de “homem chave da crise política argentina”. Nos seus primeiros discursos, fazia questão de dizer que “não era um peronista e sim um soldado”. Educado pela Escola Militar, onde ganhou o apelido de *El Flaco* (“O Magro”), Videla nada tinha de frágil. Quem acompanhou a carreira militar do comandante, via que ano a ano ele galgava importantes postos na hierarquia dos quartéis. Logo que assumiu o cargo de Comandante Geral do Exército, Videla emitiu uma nota em que demonstrava sua oposição à “politização” do Exército e dizia que, para defender a continuidade do processo constitucional, reiniciada com o novo governo

²¹ VELLOSO, Marco Aurélio Fernandez & MEIRELES, Marilúcia Melo. *Seguir a aventura com Enrique José Pichon-Rivière: uma biografia*. Casa Psi Livraria, São Paulo, 2007, p. 129.

²² Jornal do Brasil, 9 de julho de 1975, p. 1.

²⁴ Idem, 26 de julho de 1975, p. 9.

²⁵ Idem, 27 de julho de 1975, p. 16.

²⁶ Idem, 28 de agosto de 1975, p. 1. A chamada da matéria sobre a substituição do Comandante Geral do Exército, Alberto Numa Laplane, por Jorge Rafael Videla, veio seguida de uma característica atribuída a Videla como um “partidário da não intromissão dos militares nos assuntos políticos”.

civil em 25 de março de 1973, as Forças Armadas deviam evitar a “opção mais perniciosa: a parcialidade política”.²⁷

O discurso iria mudar em poucos meses. Principalmente após as demonstrações de fragilidade de Isabelita Perón ao enfrentar os problemas do país. Em setembro, ela tiraria licença de um mês por problemas de saúde, deixando o presidente do Senado, Ítalo Luder, no cargo. Retornou à presidência em outubro, em meio a um panorama extremamente caótico:

A presidenta Maria Estela Martínez de Perón reassumiu ontem suas funções em meio à escalada de violência que fez duas vítimas – um industrial italiano e seu guarda-costas, metralhados pelos Montoneros em Buenos Aires. Em Córdoba, operários metalúrgicos tomaram como reféns diretores da fábrica Fiat e ameaçam executá-los caso suas exigências não sejam atendidas.²⁸

Não bastasse o alto grau de insegurança nas ruas de Buenos Aires, Córdoba e Tucumán, políticos de oposição começaram a acusar Isabelita de corrupção e mau uso do dinheiro público. O resultado disso foi uma nova internação hospitalar.

A presidenta Maria Estela Martinez de Perón foi internada ontem de madrugada numa clínica de Buenos Aires, vítima de uma afecção vesicular, mas seu estado geral é bom, segundo o boletim médico. Ela vem sendo pressionada pela oposição, que ameaça pedir julgamento político, depois de apuradas irregularidades administrativas de alguns de seus assessores.

O deputado peronista Ramon Rojas foi assassinado na localidade de San Juan, um comissário da polícia, também estudante de medicina, foi encontrado morto em Córdoba e dois terroristas de esquerda morreram em combate com forças do Exército, em Tucumán.²⁹

Na volta de mais uma breve licença, Isabelita concordou em antecipar as eleições presidenciais para o último trimestre de 1976³⁰. A estratégia agradava em cheio o líder do principal partido de oposição, Ricardo Balbin, da União Cívica Radical.

O anúncio de novas eleições não agradou aos militares. Em 18 de dezembro de 1975, oficiais da Força Aérea se rebelaram e prenderam o comandante da arma, brigadeiro Hector Fautário – considerado o mais “peronista” dos chefes militares – e pediam a instalação de um governo militar anti-marxista. Esse novo governo deveria ter a presidência do General Jorge Rafael Videla que, na ocasião, estava em Caracas, na Venezuela³¹.

Convocado para uma reunião, Videla se negou a aceitar a proposta feita pelos rebeldes – depor Isabelita e assumir o poder –, mas em nenhum momento manifestou apoio à continuidade

²⁶ Folha de São Paulo, 25 de março de 1976, p. 12.

²⁷ Jornal do Brasil, 17 de outubro de 1975, p. 1.

²⁸ Idem, 4 de novembro de 1975, p. 1.

³⁰ Idem, 18 de novembro de 1975, p. 1.

³¹ Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 1975, p. 8.

dela. Diferentemente dos militares da Força Aérea, o discurso do Comandante do Exército era para que Ítalo Luder, presidente do Senado argentino ocupasse o cargo³².

A fracassada rebelião da Aeronáutica durou apenas quatro dias. Os rebeldes foram aquartelados na base aérea de Moron e aceitaram a rendição, sob a condição de voltar a obedecer o Comando Geral. O único preso foi o brigadeiro Jesus Orlando Capellini, o líder do movimento³³.

Em discurso em cadeia de rádio e televisão, em 22 de dezembro, Isabelita Perón enalteceu o fato de que conseguira acabar com a rebelião sem o derramamento de sangue e que continuaria defendendo a constitucionalidade de seu governo, impedindo qualquer tentativa de golpe:

“Não se confunda serenidade com debilidade, porque com a mesma força com que evitei o derramamento de sangue entre irmãos, defenderei a constitucionalidade do país, cujo governo exerço e represento. Não permitirei que ninguém, com qualquer pretexto mesquinho, pretenda usurpar o poder que pertence ao povo e à nação”.³⁴

Desnecessário dizer que o alívio de Isabelita durou pouco tempo. Se a rebelião terminou no dia 22 de dezembro, exatamente no dia 23, os guerrilheiros do ERP tentaram ocupar um arsenal do Exército no sul de Buenos Aires. Travou-se a mais sangrenta batalha entre guerrilheiros e forças de segurança, com mais de 150 pessoas mortas³⁵.

O jornalista John Dinges, especialista em direitos humanos, analisou a situação argentina no final de 1975 e constatou que a cada vez que o governo de Isabelita Perón precisasse da ajuda do Comando Geral do Exército para conter insurreições militares e atos terroristas dos Montoneros, da Triple A ou do ERP, mais a presidenta acabava fortalecendo a figura do general Videla.

Um golpe militar ainda se distanciava meio ano no futuro, mas, no início de outubro – depois de um ataque dos Montoneros a uma instalação do Exército na província de Formosa –, o governo capitulou diante das exigências militares de que o Exército assumisse a luta contra os “subversivos” em todo o país. O decreto 2772 (de 6 de outubro de 1975) deu ao Exército um poder praticamente ilimitado, e sua linguagem foi considerada, em retrospectiva, um convite para o assassinato em massa que estava por acontecer. O decreto deu às Forças Armadas o poder de “executar quaisquer operações militares e de segurança que pudessem ser necessárias a fim de aniquilar a ação de elementos subversivos em todo o território nacional”³⁶.

O país no final de 1975 tinha o pior de todos os cenários: uma campanha de guerrilha séria nas montanhas da província de Tucumán, ações armadas isoladas (mas não refreadas) do ERP e dos Montoneros por todo o país e, da parte do governo peronista, uma campanha sangrenta (mas ineficaz) de esquadrões da morte tendo como alvo figuras públicas

³² Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 1975, p. 16.

³³ Idem, 23 de dezembro de 1975, p. 6.

³⁴ Jornal do Brasil, 23 de dezembro de 1975, p. 12.

³⁵ Idem, 26 de dezembro de 1975, p. 10.

³⁶ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 138.

identificadas com a esquerda. Alguns jornais estavam abertamente convocando os militares a tomar o poder e restabelecer a ordem.³⁷

1.2 – Enfim, o golpe

Referindo-se à Isabelita Perón como “a ex-bailarina de cabaré panamenho” e a Juan Domingo Perón como “raposo”, o jornalista Elio Gaspari traçou o cenário sombrio da Argentina de meados dos anos 70. Além dos termos pejorativos, Gaspari se valeu das obras de Maria Sáenz Quesada, “Isabel Perón” e de William Smith, “*Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*” para basear seus argumentos.

Para alguém que analise a uma distância de quase quatro décadas a situação argentina naqueles anos, parece nítido que Isabelita não iria conseguir se manter na presidência até as novas eleições, marcadas para 12 de dezembro de 1976. Em uma América Latina povoada de ditaduras militares, fosse no Brasil de Ernesto Geisel, no Chile de Augusto Pinochet, no Paraguai de Alfredo Stroessner, no Uruguai de Juan María Bordaberry, na Bolívia de Hugo Banzer, no Peru de Francisco Morales Bermúdez, faltava só mesmo a Argentina capitular. A crise econômica e a falta de pulso para reprimir as três organizações extremistas, aliado ao poder dado para que os militares as combatessem, eram ingredientes suficientes para que um golpe de Estado se encaminhasse.

O peso sofrera sete reformas ministeriais em treze meses e duas brutais desvalorizações em menos de um ano, a inflação fechara 1975 em 738% e, projetando-se os resultados do primeiro trimestre, poderia terminar 1976 em 3000%. O país estava praticamente sem reservas. A partir da posse da “senhora”, o terrorismo matara duas pessoas por dia. A esquerda fizera um total de 687 vítimas nos últimos cinco anos. A direita, artilhada na Aliança Anticomunista Argentina (AAA), eliminara em torno de mil, 549 nos três meses anteriores. Em dois sequestros de empresários, o terrorismo esquerdista amalhara 61 milhões de dólares.³⁸

Desde outubro de 1975, os militares tinham ordens para “aniquilar” os “elementos subversivos”. Logo depois, foram autorizados a usar “métodos especiais de interrogatório”, e o

³⁷ DINGES, John. *Os Anos do Condor – Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004, p. 172. Outro autor, o jornalista britânico Robert Cox, diretor do Buenos Aires Herald, tinha opinião muito parecida sobre o ano de 1975: “Todo 1975 foi vivido como uma tragédia grega, que desembocou no golpe. Era algo muito impressionante: uma onda de violência com ameaças, sequestros, bombas. Era óbvio que isso não poderia durar muito tempo. O governo de Isabel era terrível: havia também corrupção, inflação, desabastecimento; faltava até papel higiênico”. In: REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 113.

³⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada – O Sacerdote e o Feiticeiro*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004, p. 258-259.

comandante do Exército, general Jorge Rafael Videla, advertira: “Na Argentina deverão morrer todas as pessoas necessárias para que volte a reinar a paz”³⁹.

A decomposição do governo atingira grandes proporções, e a destituição de Isabelita era tida como certa, tanto que, em 5 de março de 1976, o embaixador brasileiro em Buenos Aires fora procurado por um emissário do golpe. Estava interessado em articular uma campanha de defesa internacional da imagem da futura ordem. Informou que a Casa Rosada cairia antes do dia 17. Tomaram-na no dia 24.

O golpe era uma certeza absoluta, não parecia ser segredo para ninguém. No Brasil, a edição de 17 de março de 1976 da revista *Veja* já trazia uma reportagem com a foto do General Videla, ajoelhado numa igreja, e como legenda a frase: “Videla: num golpe, talvez presidente”. A revista ia além e dizia que Isabelita já sabia o que ocorreria com ela:

A própria Isabelita parecia ter-se deixado contagiar pela irresistível onda de rumores golpistas que nos últimos dias dominou a Argentina. Na quarta-feira, durante uma reunião com a cúpula sindicalista, ela teria revelado que possuía informações precisas sobre o golpe – sua deposição ocorreria na manhã de sexta-feira, quando três militares de alta patente a embarcariam num avião com destino à Espanha. Nada disso, afinal, acabou ocorrendo. Mas poucos, na Argentina, deixaram de levar a sério o espetacular anúncio da presidente – tratar-se-ia de algo bem mais concreto que uma simples manobra para atrair a cúpula sindicalista em defesa do governo.⁴⁰

Mesmo prevendo o seu próprio fim, Isabelita tentou se manter no poder até o último minuto. Nos derradeiros momentos de governo, ainda estava reunida com seus partidários, tentando encontrar alguma fórmula que pudesse deter o golpe. Segundo a análise feita pelo jornal *Folha de São Paulo*, no dia 25 de março de 1976, “a ação militar talvez pudesse ter sido evitada se ela tivesse renunciado dias antes, anunciando a antecipação do pleito presidencial previsto para 12 de dezembro”. Mas Isabelita não arredou pé de sua posição: não deixaria o poder antes do prazo constitucional.⁴¹

Pouco antes de 1 hora da madrugada de 24 de março, quando se preparava para tomar o helicóptero que a conduziria da Casa Rosada para a sua residência oficial, na Quinta de Olivos, o co-piloto do aparelho, um oficial da Força Aérea, apontou-lhe um revólver e deu voz de prisão: “Senhora, tenho ordens de informá-la que a senhora se encontra a partir deste momento sob custódia das Forças Armadas, que assumem a responsabilidade por sua integridade física. Uma Junta Militar assumiu o governo”.⁴²

³⁹ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 149.

³⁹ Revista *Veja*, Edição 393, 17 de março de 1976, p. 42.

⁴¹ *Folha de São Paulo*, 25 de março de 1976, p. 1.

⁴¹ Revista *Veja*, Edição 395, 31 de março de 1976, p. 33.

Podem não ter sido estas as palavras exatas, afinal em um momento em que as informações passaram a ser controladas e os boatos corriam rápido, o esforço jornalístico de Antônio Rodríguez Villar da revista *Veja* em pormenorizar o golpe pode ter dado asas à criação de diálogos.

Já deposta, Isabelita subiu no helicóptero, que a levou ao Aeroparque Metropolitano, a três quilômetros do centro de Buenos Aires, onde foi recebida por três oficiais de alta patente das três Armas, que garantiram sua segurança pessoal. Por fim, a ex-presidente subia a bordo de um jato da Força Aérea Argentina, que a transportou para a Província de Neuquen, a uns 1.600 quilômetros de Buenos Aires, onde foi presa na residência oficial de El Messidor.

Para o jornalista que escreveu a capa da *Folha de São Paulo*, em 25 de março de 1976, era o fim de 21 meses de um governo assoberbado de problemas, que Isabelita não soube ou não pôde resolver. Era o fim também do “populismo tardio”, numa classificação utilizada pelo historiador norte-americano Paul Drake para definir a reinstauração do governo de Juan Domingo Perón na década de 70. Para o historiador brasileiro Alberto Aggio, o 24 de março significava a vitória das forças que instituiriam mais controle estatal e a temida ação repressiva.⁴³

A Junta Militar que assumiu o país a partir de então era formada por Jorge Rafael Videla, o Comandante Geral do Exército, que se tornava o 41º presidente da República Argentina; o almirante Emílio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti.

Natural que, naquele dia, a imprensa apresentasse um perfil de Videla. Um homem de 50 anos criado desde cedo nas instituições militares e que a revista *Veja* descobriu ter um desmoralizante apelido de “pantera cor-de-rosa”, pela suposta semelhança física com a personagem do desenho animado.⁴⁴

No pronunciamento oficial à nação, a Junta Militar lançou na fragilidade econômica a justificativa para ato tão enérgico:

“As Forças Armadas, no cumprimento de uma obrigação irrenunciável assumiu a condição do Estado. Uma obrigação que surge de serenas meditações sobre as consequências irreparáveis que poderia ter sobre o destino da Nação uma atitude distinta da adotada. Esta decisão se destina a terminar com o desgoverno, a corrupção e o flagelo subversivo e somente é dirigida contra aqueles que delinquiram ou cometeram abusos de poder”.⁴⁵

A nota terminava pedindo a ajuda de Deus para a plena recuperação nacional, afinal Videla era tido como “um homem profundamente religioso, um católico não apenas de ir à missa, todos os

⁴³ AGGIO, Alberto & LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. Editora Unesp, 2003, p. 159-161.

⁴⁴ Revista *Veja*, edição 395, 31 de março de 1976, p. 30.

⁴⁵ *Folha de São Paulo*, 25 de março de 1976, p. 8.

domingos, como de participar intensamente das atividades de sua paróquia e de manter longas conversas com o capelão do Exército”.⁴⁶

Videla agora iria fazer com que toda a Argentina “rezasse” de acordo com sua cartilha. Logo após o golpe, lançou sete diretrizes básicas que seriam apenas o início de uma truculenta ditadura militar.

As primeiras medidas decretavam a intervenção na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a espinha dorsal do “peronismo”, e na Confederação Geral Econômica, principal entidade representativa do empresariado, bem como na Cruzada da Solidariedade, um dos mais fortes mitos do antigo regime; suspensão das atividades de todos os partidos políticos; fechamento do Congresso Nacional e de todas as Assembleias provinciais; destituição dos governadores e vice-governadores das províncias e afastamento dos juízes da Suprema Corte; instituição da pena de morte, qualquer cidadão suspeito de estar envolvido em atividades contra a ordem pública poderia ser submetido a sumário julgamento por um Conselho de Guerra; fechamento de todos os sindicatos; e imposição de rigorosa censura à imprensa.⁴⁷

No Brasil - que também vivia censura semelhante - os jornais publicaram artigos que, de certa forma, apoiavam o golpe. A *Folha de São Paulo*, em editorial de 25 de março, trazia o seguinte título: “Quem pagará pelo desgoverno? A corrupção e o conflito interno fizeram do peronismo um doente incurável”. O *Jornal do Brasil* abriu manchete de capa para dizer que: “Imprensa de todo o mundo aplaude o fim do peronismo”.⁴⁸

O Brasil, aliás, foi um dos primeiros países a reconhecer a Junta Militar como legítima, logo no primeiro dia do golpe, juntamente com Chile, Espanha, Costa Rica, Equador, Malta e Peru. No segundo dia, os militares ganharam o reconhecimento de Paraguai, Uruguai, Bolívia, Israel, Finlândia e México⁴⁹. No terceiro dia pós-golpe, finalmente, o embaixador norte-americano Robert Hill entregou ao novo Ministro das Relações Exteriores argentino, Almirante Antoni Vanek, uma comunicação reconhecendo formalmente o regime instalado⁵⁰.

Nos meses que antecederam a queda de Isabelita, os militares tiveram tempo até mesmo para redigir o chamado estatuto do “*Proceso de Reorganización Nacional*”, que substituiria temporariamente a Constituição.

O general Videla foi empossado na presidência no dia 29 de março de 1976. Com apenas cinco dias de Junta Militar, já se somavam 20 mortes políticas⁵¹, aliadas a prisões que variariam de

⁴⁶ Revista Veja, edição 395, 31 de março de 1976, p. 30-31.

⁴⁷ Folha de São Paulo, 25 de março de 1976, p. 1.

⁴⁸ Jornal do Brasil, 26 de março de 1976, p. 1.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 10.

⁵⁰ Idem, 27 de março de 1976, p. 1.

⁵¹ Idem, 30 de março de 1976, p. 12.

600 a 1.800 pessoas⁵². Um desses presos era o pianista brasileiro Tenório Jr., que acompanhava Vinícius de Moraes e Toquinho num show na Casa Gran Rex. Em 27 de março, Tenório deixou um bilhete no hotel dizendo que iria comprar cigarros e remédio. Nunca mais apareceu. Tinha apenas 33 anos, quatro filhos e sua esposa estava grávida de oito meses⁵³.

A instauração de um clima de horror, desconfiança generalizada e desaparecimentos aumentou ainda mais quando, em 8 de abril de 1976, a Junta Militar nomeou o general Iberico Saint Jean, ex-adido do Exército no Rio de Janeiro, como governador da Província de Buenos Aires. A escolha não poderia ter sido mais cruel. Além da repressão, Iberico ficou famoso por uma frase que traduzia todo o horror que a Argentina passou a viver naqueles anos: “Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores. Depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes”!⁵⁴

⁵² Revista Veja, edição 395, 31 de março de 1976, p. 29.

⁵³ CASTRO, Ruy. *A onda que se ergueu no mar – Novos mergulhos na Bossa Nova*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001, p. 211-214.

⁵³ GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada – O Sacerdote e o Feiticeiro*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004, p. 259.

II – A “Guerra Suja”

É corriqueiro encontrar em livros de história a expressão “Guerra Suja”⁵⁵ para definir o que foi a repressão militar argentina aos elementos considerados subversivos e perniciosos à manutenção do regime. Sempre entre aspas, a definição está até mesmo no livro de Marcos Novaro e Alexandre Palermo, “A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de estado à restauração democrática”⁵⁶, referência em qualquer trabalho que se queira fazer sobre o tema.

“Uma grande perseguição aos opositores foi promovida através de uma violência nunca vista antes na história argentina. Milhares de pessoas foram presas ou simplesmente ‘desapareceram’. Era a ‘guerra suja’.”⁵⁷, explica Charles Pennaforte em um livro que não necessariamente analisa a história daqueles anos.

Na defesa que fez perante os juízes que o condenaram, em 2010, o ex-general⁵⁸ Jorge Rafael Videla rebateu o epíteto de “guerra suja”. Sabia, perfeitamente, que não havia como mudar a forma como ficou conhecida a ação repressiva de seu governo, mas defendeu seu ponto de vista, explicando que era preciso ser enérgico para conter as ações terroristas que os grupos extremistas faziam em todo o território argentino.

Alguns classificaram esta guerra como uma “guerra suja”. Eu me nego a aceitar este qualificativo, pois significaria reconhecer a existência de guerras “limpas” e “sujas”. (...) Esta guerra materializava a legítima defesa da Nação agredida, frente ao ilegítimo agressor que, por meio do terror, pretendia mudar seu tradicional sistema de vida.⁵⁹

O ex-general cassou, mas também foi cassado. Videla disse ter sofrido seis atentados quando estava no poder. Pelo menos três deles são bem marcantes e ganharam espaço na mídia. O primeiro, antes mesmo de tomar o governo das mãos de Isabelita Perón, ocorreu em 15 de março de 1976, causando uma morte e deixando 29 pessoas feridas, 16 delas militares.

A bomba, colocada num automóvel junto ao edifício do Comando-Geral e a menos de 300 metros do Palácio Presidencial – a Casa Rosada – explodiu pouco depois de ter

⁵⁵ A primeira vez que a revista *Veja* utilizou o termo “guerra suja”, por exemplo, foi na edição 582, de 31 de outubro de 1979, justamente em uma resposta dada pelo próprio presidente Jorge Videla aos repórteres Dirceu Brisola e Mariângela Hamu, que o entrevistaram na Casa Rosada. No caso: “Há quem diga que a Argentina viveu uma guerra suja; eu digo que foi uma guerra imprecisa”. Vide: Revista *Veja*, edição 582, 31 de outubro de 1979, p. 55.

⁵⁶ Segundo os autores, a expressão “guerra suja” pode ter sido criada pelo bispo auxiliar Victorio Manuel Bonamín, que teria dito “peço a proteção divina nesta guerra suja em que estamos empenhados”. Vide: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007, p. 128.

⁵⁷ PENNAFORTE, Charles. *América Latina e o Neoliberalismo – Argentina, Chile e México*. E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro, 2001, p. 48.

⁵⁸ Jorge Videla tornou-se ex-general a partir do momento em que teve sua patente militar cassada no julgamento de 9 de dezembro de 1985. Vide *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1985, p. 13.

⁵⁹ VIDELA, Jorge Rafael. *Manifestación ante los Jueces*. Córdoba, Argentina, 22 de dezembro de 2010, p. 12-13. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

passado no local o General Jorge Videla, Comandante-Chefe do Exército, contra quem se supõe ter sido dirigido o atentado.⁶⁰

O segundo atentado ocorreu em uma parada militar, no dia 2 de outubro de 1976. Novamente Videla escapou, graças ao inusitado fato de que os discursos a serem pronunciados tinham terminado antes do previsto. Uma questão de meros cinco minutos, como bem noticiou a revista *Veja*:

Cinco minutos depois que o general Catán encerrara a oração e recebera os cumprimentos do presidente da República, general Jorge Rafael Videla, e seis outros generais presentes no palanque armado no Campo de Mayo, a 40 quilômetros de Buenos Aires, uma potente bomba de plástico destruiu a tribuna onde todos haviam estado. Como Catán não se alongara em retórica, a cerimônia tinha terminado 5 minutos antes do horário previsto – e a explosão ocorreu quando Videla e os generais já se encaminhavam para o cassino de oficiais onde seria servido um coquetel.⁶¹

A explosão deixou claro que a luta entre militares e extremistas estava no auge. No final de 1976, a sensação de insegurança e de desconfiança chegava a limites extremos. A reportagem de *Veja* traduzia a paranoia que passou a tomar conta das Forças Armadas naquele momento, afinal “o que poderia impedir que, entre os milhares de recrutas convocados para o serviço militar obrigatório, haja pelo menos um membro de uma organização extremista?”.

Nesse panorama, a cabeça de Videla era um prêmio cobiçadíssimo e, em fevereiro de 1977, ocorreu um novo atentado em que o presidente voltou a contar com a sorte. Videla estava decolando em um Fokker F-28 no setor militar do aeroporto Jorge Newbery, em Buenos Aires, quando uma bomba de plástico de 20 quilos explodiu na pista. O avião já estava a 50 metros do solo, mesmo assim todas as luzes de emergência do painel acenderam. A revista *Veja*, ao entrevistar um coronel da Força Aérea argentina, chegou à conclusão que Videla tinha escapado por alguns segundos. “Ele só escapou por milagre, por casualidade. O pequeno avião, que normalmente utiliza 1.000 metros de pista para decolar, desta vez tomou altitude alguns segundos antes do habitual”.⁶²

Ao mesmo tempo em que eram atacadas, as tropas militares davam o troco. Ainda em julho de 1976, as forças de segurança mataram Mario Roberto Santucho, um dos líderes do Exército Revolucionário do Povo (ERP)⁶³. Durante a “guerra suja”, morria-se (ou desaparecia-se) mais por motivos políticos (média superior a cinco pessoas por dia) do que por acidentes de trânsito (pouco mais de duas pessoas por dia).

E cada atentado dos grupos extremistas, fossem eles de esquerda ou de direita, eram respondidos por atos de barbárie ainda maior. Uma bomba que explodiu na cantina da sede da

⁶⁰ Jornal do Brasil, 16 de março de 1976, p. 9.

⁶¹ Revista *Veja*, edição 423, 13 de outubro de 1976, p. 36.

⁶² Idem, edição 442, 23 de fevereiro de 1977, p. 32.

⁶³ Idem, edição 412, 28 de julho de 1976, p. 32.

Polícia Federal, em Buenos Aires, matando 22 oficiais, gerou uma resposta imediata. Nos três dias seguintes, 64 cadáveres foram encontrados pelas ruas da cidade. Um deles, executado à luz do dia, como se fosse uma punição exemplar a quem estivesse enfrentando o regime.

Na Argentina de hoje, são comuns casos como o ocorrido às 6 horas da manhã de 4 de julho, um domingo. Nesse dia, dois carros estacionaram junto ao obelisco localizado no cruzamento das avenidas Corrientes e 9 de Julio, talvez o ponto mais movimentado e mais óbvio de Buenos Aires. De dentro de um dos veículos foi retirado um homem amordaçado e de mãos amarradas e ali mesmo o desconhecido foi fuzilado.⁶⁴

Durante a “Guerra Suja”, a ordem dos militares era direta: capturar, torturar, executar e sumir com o corpo⁶⁵. Existiam prisões também, mas o que deu ares de horror ao regime de Videla era o fato de que, qualquer desaparecido político era potencialmente um assassinado. Numa entrevista concedida à revista espanhola *Cambio 16*, em 12 de fevereiro de 2012, Videla lembrou o “risco” de apenas prender os subversivos. Para justificar a ordem de matar os capturados, o ex-general lembrou que quando o presidente civil Héctor Campora chegou ao poder em 1973, deu anistia geral a todos os presos políticos do governo militar do general Lanusse. Para Videla, foi justamente a libertação de aproximadamente 1.500 radicais que transformou a Argentina em um cenário propício para a volta do terrorismo. Na sua manifestação ante os juízes, Videla também citou o episódio:

Estranho paradoxo: o remédio judicial, eficazmente implementado por um governo militar para lutar contra o terrorismo subversivo “com a lei embaixo do braço”, foi logo demagogicamente deixado sem efeito por um governo constitucional que o sucedeu, colocando em liberdade quase 1.500 terroristas que estavam detidos, cumprindo condenação, ao mesmo tempo em que acabava a proteção aos juízes que os haviam julgado.⁶⁶

Os dados oficiais mostram que durante a ditadura militar argentina, 8.961 pessoas morreram ou desapareceram. Entidades de Direitos Humanos vão além e estimam em 30 mil o número de vítimas do regime.⁶⁷

Com a “desculpa” oficial de caçar subversivos e terroristas, o regime militar foi fazendo a sua própria carnificina, calando qualquer voz destoante, oprimindo e desaparecendo as ações contrárias. O próprio Videla, diante do júri, em 2010, chega a afirmar com orgulho que, entre o final

⁶⁴ Revista Veja, edição 412, 28 de julho de 1976, p. 33.

⁶⁵ Em entrevista ao programa “Resumen Central”, do Canal 5 Notícias, o jornalista Ceferino Reato – que entrevistou Videla na prisão por longas horas – explicitou detalhadamente as quatro etapas do “processo”: “detenção ou seqüestro das pessoas, confinamento em lugares secretos ou clandestinos, morte ou execução sumária para os irrecuperáveis, desaparecimento ou ocultação dos seus corpos”. A entrevista está disponível na íntegra no site: <http://www.youtube.com/watch?v=RHJ1i1mvUaA>

⁶⁶ VIDELA, Jorge Rafael. *Manifestación ante los Jueces*. Córdoba, Argentina, 22 de dezembro de 2010, p. 4. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

⁶⁷ MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor – Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2003, p. 234.

de 1977 e início de 1978 tinha conseguido o “triunfo militar e a consolidação da paz”⁶⁸. Para a atual versão historiográfica deste passado recente da Argentina, as frases do ex-general soam estranhas. Ao invés de uma consolidação de paz, o que está nos livros deste século é “uma repressão com características hediondas”:

Coube a Videla a tarefa ignóbil de promover uma repressão sem limites, cuidadosamente planejada pelas três armas militares. Como assinala Romero, os oficiais superiores participaram diretamente das ações repressivas – sequestro, tortura, detenção, execução –, demonstrando a seus subordinados tratar-se de uma ação institucional, que envolvia um compromisso coletivo.

Os piores anos foram os do “triênio sombrio” entre 1976 e 1978, quando o Exército Revolucionário do Povo (ERP), oriundo do trotkismo, foi praticamente liquidado, e os Montoneros se converteram em um grupo capaz de realizar apenas algumas ações terroristas isoladas. Mas a repressão prosseguiu, alcançando militantes políticos democráticos, sacerdotes, intelectuais, jornalistas, defensores dos direitos humanos, numa demonstração de que o governo pretendia aterrorizar a população e abafar qualquer atividade social ou política. Uma Comissão de Investigação, instaurada em 1984, documentou a morte de 9 mil pessoas, que teriam sido na realidade 30 mil, segundo organizações defensoras dos direitos humanos.⁶⁹

Frente à diferença aberrante dos números, que transformaria o genocídio de 9 mil em um massacre total de 30 mil argentinos, o ex-general Videla dá subsídios para o valor menor, baseado no número de familiares que recorreram ao governo para ganhar uma indenização oferecida pelo governo civil de Carlos Menem, já nos anos 90.

Creio que este assunto tem muito a ver com as compensações e o ressarcimento econômico que se deu às vítimas ou aos supostos desaparecidos, e neste caso só se apresentaram 7.000 pessoas para reclamar o que lhes correspondia. E essa indenização era de 240.000 dólares por cada caso provado, uma cifra nada desprezível. Essa é a cifra real porque estamos falando da época do presidente Menem e as pessoas já não tinham medo de se apresentar abertamente para fazer suas reclamações. Nós, militares, já havíamos desaparecido da cena política. Essa é a realidade, 7.000, contra os 30.000 que reclamam as Mães da Praça de Maio. Como é possível que 23.000 pessoas renunciassem a essa ajuda?⁷⁰

A questão das indenizações também gera contradições. Quem morreu pelas mãos dos militares teve direito a uma reparação que, em alguns casos, chegou, no máximo, a 220 mil dólares (e não 240 mil como citou Videla). Mas organizações não-governamentais como a CELTYV (Centro de Estudos Legais sobre o Terrorismo e suas Vítimas) questionam porque não ressarcir

⁶⁸ VIDELA, Jorge Rafael. *Manifestación ante los Jueces*. Córdoba, Argentina, 22 de dezembro de 2010, p. 14. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

⁶⁹ FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Editora 34. Rio de Janeiro, 2004, p. 456.

⁷⁰ Revista Cambio 16. *Entrevista exclusiva com Jorge Rafael Videla, exdictador argentino*. Espanha, 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://cambio16.es/not/1250/en_argentina_no_hay_justicia_sino_venganza_que_es_otra_cosa_bien_distinta

também a vida das 1.355 pessoas que morreram em ações dos grupos terroristas. A mesma ONG calcula que desta cifra, apenas 30 por cento era de militares. O restante seria de civis que também foram mortos pela guerrilha.

A polêmica se estende até os dias atuais. Como o governo civil argentino adota a definição descrita no Estatuto de Roma, de 1998, de que os crimes de Estado são crimes de lesa-humanidade, portanto sem prescrição, as famílias dos mortos pela ditadura têm direito a indenização. Enquanto que as ações da guerrilha gerariam crimes “cometidos por particulares” e que, portanto, já estariam prescritos por causa do longo tempo decorrido. Ou seja, as famílias dos civis e militares mortos nas ações terroristas não têm direito a recursos do Estado⁷¹.

Os guerrilheiros que morreram nesse ataque estão nos monumentos às vítimas do terrorismo de Estado e seus parentes receberam indenizações milionárias, enquanto os soldados mortos ali não são recordados por ninguém e seus pais sobrevivem na miséria, recebendo uma pensão baixíssima. A diferença do valor entre um guerrilheiro morto e um soldado morto é, para o Estado argentino, seis vezes maior.⁷²

2.1 – As vítimas do Processo de Reorganização Nacional

Todas as quintas-feiras na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, é dia de manifestação e protestos por qualquer motivo. A tradição da quinta-feira começou em agosto de 1977, quando as chamadas “Mães da Praça de Maio”, ironizadas pela ditadura como as *locas de la Plaza de Mayo*, foram ao ponto central de Buenos Aires suplicar por informações sobre o paradeiro de parentes desaparecidos⁷³.

A marcha ao redor da praça ocorre até hoje. É uma caminhada lenta – a idade dessas mães ultrapassa os 70 anos -, com direito a faixas e fotos amareladas de filhos que desapareceram na época da ditadura. Fotos que mostram jovens com cabelos e roupas típicas da época e, geralmente, abaixo da imagem, a última data em que o rapaz foi visto.

É verdade que mesmo fazendo um protesto pacífico, as Mães da Praça de Maio ganhavam cada vez mais voz e acabaram sendo as figuras que mais se sobressaíram dentro do coro dos descontentes. Elas conseguiram trazer a atenção internacional para as diversas violações dos direitos humanos cometidas pelas autoridades argentinas.

Se a ação das guerrilhas se mostrava pouco eficiente em causar danos efetivos ao regime militar, a perspectiva diferenciada das manifestações das *Madres* foi profícua e oportuna. De certa maneira, elas conseguiram agregar o descontentamento e a decepção de grande parte da sociedade

⁷¹ Folha de São Paulo. Caderno Ilustríssima, 2 de outubro de 2011, p. 6.

⁷² Idem, ibidem, p. 7.

⁷³ Revista Veja, edição 485, 21 de dezembro de 1977, p. 39.

com os militares. Os desaparecidos deixavam de ser um fantasma para a população e passavam a atormentar o governo na figura dessas mães. A oposição exercida pelos filhos continuava nelas, de uma maneira que comoveu a população. Por isso mesmo, o regime de exceção tentou intimidá-las:

No último dia 8, depois de cumprir o ritual, parte dessas mulheres reuniu-se numa igreja das proximidades – até serem interrompidas por um grupo de homens à paisana. Apresentando-se como policiais, eles prenderam treze das pessoas presentes – que vivem, agora, a extraordinária situação de estar desaparecidas por protestar contra os desaparecidos.

Como tem acontecido nesses casos, o presidente Jorge Videla mostrava-se mais uma vez impotente diante do banditismo político e, na falta de melhores informações, acabaria atribuindo a autoria dos sequestros a “ações de grupos espontâneos”.⁷⁴

As *locas* ou as *madres* tiveram muitas de suas manifestações dispersadas pela polícia. Mas elas sabiam que os “fardados” não eram o maior problema. Os piores eram os agentes à paisana dos diversos serviços de informação do Estado, do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica⁷⁵.

Os filhos dessas mães jamais reapareceram. No entanto, o movimento pacífico criado por elas expôs o regime ditatorial. Se os filhos não existiam, elas apareciam na TV, nas fotos, a imagem do desespero estampada no rosto transformava a dor privada de cada uma em um painel público. Tornava-se impossível não sentir pena do sofrimento e, ao mesmo tempo, não olhar para os militares como os principais responsáveis por aquela dor.

A participação das mães dos desaparecidos na luta contra a repressão se constituiu em um fato político extremamente importante no final dos anos 70.

Chamadas de loucas pelos militares, menosprezadas e subestimadas pelos setores conservadores da sociedade argentina, essas mães se transformaram em símbolo mundial dos direitos humanos. Elas se tornaram perigosas para a ditadura militar porque ousaram sair da esfera privada e entrar para a vida social e política do país. Juntamente com outras organizações de direitos humanos contribuíram decisivamente para mudar o curso da história.⁷⁶

Muitos dos filhos das *Madres* poderiam estar presos a apenas 15 quilômetros da Praça de Maio, na *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). O prédio que hoje abriga um museu serviu para camuflar uma espécie de “campo de concentração”, por onde passaram 5 mil desaparecidos políticos⁷⁷. Menos de cem saíram vivos de lá.⁷⁸

⁷⁴ Revista Veja, edição 485, 21 de dezembro de 1977, p. 39.

⁷⁵ Idem, edição 575, 12 de setembro de 1979, p. 38.

⁷⁶ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1997, p. 66.

⁷⁷ MENDEZ, Juan E. *An American Watch Report – Truth and Partial Justice in Argentina*. The Americas Watch Committee. Nova Iorque, Estados Unidos, 1987, p. 45.

⁷⁸ O número exato de presos políticos que conseguiram sobreviver à ESMA é controverso. O relatório do *The Americas Watch Committee*, braço da ONG de direitos humanos *Human Rights Watch*, estima em aproximadamente 70. Já para NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007, p. 117: 8% dos prisioneiros que passaram pela ESMA se

Com um guia de turismo, hoje é possível visitar o *Museo de la Memoria*, criado em 2004. A partir do depoimento de militares que trabalharam na ESMA, é possível saber como funcionava o cárcere: inicialmente os prisioneiros eram torturados no sótão e depois eram levados para o terceiro andar, ficando deitados no chão, um ao lado do outro, algemados e com os olhos vendados. Ali, sem terem noção do que acontecia ao redor, estavam à beira de embarcar para os chamados “voos da morte”, que saíam toda quarta-feira, às 5 horas da tarde. Os prisioneiros eram dopados e jogados vivos ao mar, fato que foi reconhecido oficialmente quando foi julgado o capitão de corveta Adolfo Scilingo.⁷⁹

O golpe, que os militares chamaram de Processo de Reorganização Nacional, durou exatos 2.817 dias (de 24 de junho de 1976 a 9 de dezembro de 1983). Neste período, 8.961 pessoas morreram ou simplesmente, desapareceram para sempre, o que dá uma média de três assassinatos cometidos pelas forças de repressão por dia!

“Desaparecidos” foi o eufemismo que o governo escolheu para designar as pessoas que sequestrava, torturava e matava. Desaparecer significava evaporar-se, esfumar-se, dispersar-se. Os militares se permitiram essa alteração semântica para se livrar de qualquer responsabilidade. As pessoas não eram assassinadas, segundo a linguagem oficial, elas tomavam algum tipo de iniciativa e simplesmente sumiam.⁸⁰

O próprio ex-general Videla explicou essa prática do desaparecimento, citando como exemplo o fim que deram no líder do ERP, Mario Roberto Santucho: “Era uma pessoa que provocava expectativas. A aparição desse corpo daria lugar a homenagens, celebrações.”⁸¹ - declarou o ex-ditador em entrevista ao jornalista Ceferino Reato, que, em abril de 2012, lançou na Argentina, um livro com 20 horas de entrevistas feitas com Videla, em 2011, na cela da prisão federal do Campo de Mayo.

Quem trabalhou no prédio da ESMA foi Alfredo Astiz, que entrou para a posteridade como o “Anjo Loiro da Morte”⁸². Nos anos 70, era um jovem oficial da Marinha, que fingia ter um parente desaparecido e com isso se infiltrou nas organizações de direitos humanos, como espião. Astiz foi o responsável direto pela captura (e evidentemente, pelo desaparecimento) da fundadora do

salvaram. Ora, 8% de 5.000 pessoas, representa um universo de 400 sobreviventes. Já o Estado de São Paulo, na edição de 22 de junho de 2008, em uma longa reportagem sobre a Copa do Mundo de 1978, na Argentina, diz que 140 prisioneiros sobreviveram após passarem pela ESMA, entrevistando, inclusive uma delas, Graciela Daleo.

⁷⁹ Revista Veja, edição 1.383, 15 de março de 1995, p. 50-52.

⁸⁰ RAMOS, Magdalena. *Sou daqui e sou de lá – Autobiografía do exílio*. Summus Editorial. São Paulo, 2007, p. 33-34. Em uma entrevista, na época da ditadura, o Ministro do Interior, o general Albano Harguindeguy, chega a ironizar o grande número de desaparecidos: “É muito difícil determinar quem é desaparecido, quem é emigrado e quem é a mulher que vira prostituta e vai trabalhar; o marido que se divorcia e vai embora, a jovem que está em desacordo com o seu papai, que quer que ela durma às 21 horas de sábado e de domingo e, então, desaparece...” In: REATO, Ceferino. *Disposición Final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 2012, p. 103.

⁸¹ REATO, Ceferino. *Disposición Final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 2012, p. 67.

⁸² Revista Veja, edição 1.821, 24 de setembro de 2003, p. 110.

movimento das Mães da Praça de Maio (Azucena Vilafior)⁸³ e de duas freiras francesas que integravam movimentos de solidariedade aos desaparecidos políticos na Argentina (Leónie Duquet e Alice Domon)⁸⁴, além de alvejar e posteriormente matar uma jovem sueca (Dagmar Hagelin), de 17 anos, confundida com uma alta liderança dos Montoneros⁸⁵.

Astiz caminhava de braços dados com as Mães da Praça de Maio, logo no início do movimento, sob o nome falso de Gustavo Niño⁸⁶. As Mães abraçaram o drama do rapaz e ele soube se aproveitar da solidariedade para sequestrá-las em dezembro de 1977, em uma operação conhecida como “Grupo de Santa Cruz”, em referência à igreja portenha de onde foram levadas a maioria delas⁸⁷.

Para azar de Astiz, os restos mortais de uma das freiras e da fundadora das “Mães da Praça de Maio” apareceram boiando, no finalzinho de 1977, em uma praia ao sul de Buenos Aires. Na época, foram enterradas como indigentes.⁸⁸

Em 1982, ele era líder de uma guarnição da marinha na Guerra das Malvinas, quando foi rendido pelos militares britânicos, sem disparar um único tiro. Foi como prisioneiro de guerra para Londres, mas apesar dos pedidos dos governos da Suécia e da França para extraditá-lo para seus territórios para ser julgado por sequestro e assassinato, Astiz foi devolvido à Argentina ao término do conflito⁸⁹.

Em 1998, confirmou as execuções da época da ditadura militar. A confissão era óbvia, porque desde o fim do regime, Astiz era uma figura presente em todas as listas de torturadores. “Eu acreditava no que fazia, por isso não digo que estou arrependido. Nossa função era detectar o inimigo e exterminá-lo”⁹⁰, declarou. Enfim, após condecorações, promoções militares, cassações, anistias e prisões temporárias, só em outubro de 2011, Astiz foi condenado à prisão perpétua, em um julgamento que puniu outros 17 militares que também agiam na ESMA⁹¹.

Outra face da “guerra suja” era o sequestro de bebês de guerrilheiros. Normalmente, ocorria de os torturadores matarem os pais e o órfão ser doado para ser criado por alguma família de

⁸³ Folha de São Paulo, 4 de maio de 1986, 2º caderno, p. 19.

⁸⁴ Idem, 8 de dezembro de 1984, p. 19.

⁸⁵ Revista Veja, edição 850, 19 de dezembro de 1984, p. 49.

⁸⁶ MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor – Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2003, p. 58.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 59-60.

⁸⁸ SOCA, Diego Antônio Pinheiro. *O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina: os vãos da morte e a convivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar*. Monografia para diplomação em licenciatura em História. UFRS. Porto Alegre, 2011, p. 36-40.

⁸⁹ Revista Veja, edição 719, 16 de junho de 1982, p. 46.

⁹⁰ Idem, edição 1555, 15 de junho de 1998, p. 36.

⁹¹ Idem, edição 2241, 2 de novembro de 2011, p. 64.

militares. Calcula-se que até 500 crianças desapareceram de seus lares, para desespero e infinita busca das avós⁹².

Era um plano sistemático do regime de terror que se instalou na Argentina na segunda metade dos anos 70. Os filhos dos desaparecidos foram tratados pelas forças repressivas como “espólio de guerra”, para os quais foi planejado um sistema de detenção de mulheres grávidas, o parto clandestino, a falsificação de identidade e a simulação de adoções⁹³.

Da mesma forma, consideram-se como parte do botim de guerra os filhos dos “subversivos”, sequestrados junto com seus pais ou nascidos em cativeiro (para o que se montaram várias maternidades clandestinas). Em alguns casos, eles sofreram a mesma sorte que seus genitores, mas o procedimento regular (estabelecido nas ordens e direções anti-subversivas) era de que os sequestradores deles se apropriassem para doá-los em adoção a famílias de militares ou aos próprios membros dos grupos de tarefa. A Conadep [*Comisión Nacional sobre la Desaparición de las Personas*] e investigações posteriores documentaram cerca de duzentos casos deste tipo.⁹⁴

De mais este golpe, a sociedade argentina se moveu para organizar uma organização civil, as *Abuelas de la Plaza de Mayo*, grupo originário do movimento das “Mães” e que, a partir do final de 1977 começou a investigar, por conta própria, onde estariam tantas crianças e bebês desaparecidos.

A organização civil se fortaleceu após o fim da ditadura militar e passou a contar com equipes técnicas para localizar as crianças. Com o passar dos anos e as inovações tecnológicas, as *Abuelas* se utilizaram de um sofisticado banco de dados genéticos dos parentes dos desaparecidos e, enfim, com o surgimento dos exames de DNA, puderam agir com uma certeza que não tinham antes. Inicialmente, as *Abuelas* contavam apenas com exames de sangue que não definiam a filiação, mas serviam para dar resultados negativos, excluindo que aquela criança era fruto de um cruzamento biológico entre duas pessoas pesquisadas. Fora isso, tinham que contar com a confissão e a “boa-fé” de alguma família arrependida por ter se apropriado de um *niño*.⁹⁵

À perversidade adicional que, para as famílias já privadas dos pais das crianças, constituem essas lides burocráticas torna-se horripilante no caso das 109 crianças sobre as quais as *Abuelas* não podem dar nenhum indício; sequestradas no ventre de suas mães, elas não têm rosto nem nome. Essas mães desapareceram grávidas de até nove meses e, se um grande número de fetos pode ter sucumbido às torturas infligidas às gestantes, sabe-se que muitas crianças nasceram em hospitais militares. É ignorado o número exato das que foram encontradas à porta da casa de familiares, com um bilhete trazendo a data de nascimento, os medicamentos ministrados ao recém-nascido e o nome escolhido pela mãe – que jamais

⁹² Revista Piauí, edição 68, maio de 2012. Disponível em versão eletrônica no endereço:

<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-68/questoes-latino-americanas/filhos-da-guerra-suja>

⁹³ LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Objetiva. Rio de Janeiro, 2003, p. 145.

⁹⁴ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007, p. 147.

⁹⁵ Revista 30 años de Abuelas de Plaza de Mayo (1977-2007). Disponível em versão eletrônica no endereço:

http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf

reapareceu. A maioria dos bebês, contudo, foi entregue à Casa Cuna, uma entidade oficial de assistência a menores abandonados.⁹⁶

Como o gigantesco quebra-cabeças jamais foi totalmente solucionado, a associação das *Abuelas de la Plaza de Mayo* possui um site na internet com a campanha bastante eficaz: “*Si naciste entre 1975 y 1980 y tenés dudas sobre tu origen, consultá la lista de nietos que estamos buscando y de casos resueltos a la fecha*”.

Atualmente, 105 pessoas tiveram sua identidade restituída. Um dos casos mais absurdos desse sistemático rapto de bebês ocorreu com Victoria Montenegro. Até os 25 anos ela pensava ser Maria Sol Tetzlaff, filha do Tenente-Coronel Hernan Tetzlaff e de sua mulher, Mari. As *Abuelas* viraram o seu mundo de cabeça para baixo ao provarem que a jovem era filha do casal de guerrilheiros Hilda e Roque Montenegro. Pior. A investigação mostrou que o Coronel Tetzlaff fazia parte do grupo que invadiu sua casa e sequestrou seus pais quando ela tinha 13 dias de vida. O casal foi torturado e morto e, aos 4 meses, Victoria foi adotada pelo próprio carrasco dos seus pais.

A história começou a se desvendar em 1992, quando Tetzlaff foi detido por suspeita de roubar bebês. Em 1997, Victoria foi informada de que não era filha legítima por um tribunal de Justiça. Só em 2000, a jovem fez um teste de DNA que comprovou as suspeitas. No ano seguinte, Tetzlaff foi preso por se apropriar ilegalmente da “filha”, falecendo na cadeia em 2003.

Victoria Montenegro deu entrevista ao *The New York Times*. Seu depoimento era o retrato de uma vida que foi totalmente alterada pela ditadura militar. Mãe de três filhos, Victoria teve a difícil missão de dizer a eles que Tetzlaff não era o avô que todos conheciam: “Ele tinha dito às crianças que seu avô era um soldado corajoso, e eu tive que dizer-lhes que seu avô era um assassino”.⁹⁷

Em 2012, os ex-ditadores Jorge Videla e Reynaldo Bignone foram condenados a mais 50 anos de prisão pelo rapto de 34 bebês. Uma voz isolada em meio a tantas provas, Videla ainda insistia que esse não era uma das diretrizes do Processo:

Nunca houve um plano sistemático de apropriação de crianças. Ao contrário, a ordem era restituir as crianças a quem lhes correspondia. Se ocorreram casos, foram individuais e por falta de controle em todo o território. Eu sou o primeiro a reconhecer que algumas crianças foram subtraídas, algumas com a melhor das intenções, para ajudar a uma família amiga que não podia ter filhos; outros para vender e fazer um negócio. São delitos individuais.⁹⁸

⁹⁶ Revista 30 años de Abuelas de Plaza de Mayo (1977-2007). Disponível em versão eletrônica no endereço: http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf

⁹⁷ A reportagem do *The New York Times* foi traduzida e postada pela agência de notícias do site IG, em 14 de outubro de 2011, sendo encontrada no link: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/argentina-lida-com-trauma-de-ter-sido-criada-por-homem-que-matou-seus-pais/n1597273805579.html>

⁹⁸ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 206.

2.2 – Futebol como propaganda do regime

No dia 19 de agosto de 1976, em Wilde, a 20 km de Buenos Aires, uma caminhonete que conduzia um grupo de jovens emparelhou com um Chevrolet preto. Dois jovens empunharam metralhadoras e desferiram rajadas no motorista do carro. Mesmo ferido, este conseguiu guiar por mais uns 10 metros até que mais dois tiros, desta vez de revólver, partidos da mesma caminhonete, fizeram-no tombar.

A vítima era o general de brigada Omar Carlos Actis, que acabara de ser nomeado para a presidência do Ente Autárquico Mundial (EAM), organismo criado pelo governo para organizar a Copa do Mundo que a Argentina promoveria dali a dois anos⁹⁹. O atentado foi mais um entre tantos outros que abalavam o país nos últimos meses¹⁰⁰, mas bastou para atrair as atenções do mundo inteiro para o clima de terror na Argentina.

Teria um país praticamente às portas de uma guerra civil condições de servir de sede a um grande acontecimento esportivo como a Copa do Mundo? As quinze delegações visitantes, os milhares de turistas que transitariam por suas ruas, hotéis, restaurantes, teatros e estádios estariam a salvo da ação cada vez mais frequente dos guerrilheiros?

“Na Argentina não há guerrilha e muito menos estamos às portas de uma guerra civil”¹⁰¹, protestava o novo presidente do EAM, Antonio Luis Merlo, também general de brigada.

Por mais que Merlo garantisse que a situação no país estava sob controle e insistisse em deixar claras as diferenças entre guerrilha e terrorismo – a guerrilha, uma luta aberta, um conflito generalizado; o terrorismo, apenas “um ato isolado, desesperado” -, poucos dos demais países envolvidos na Copa do Mundo, se deixavam convencer.

Na Holanda, por exemplo, os partidos radicais de esquerda, com três cadeiras no Parlamento, não faziam por menos: enviavam telegrama a cada jogador da seleção exortando-o a não ir à Argentina. Não só pelos riscos que corriam, mas também porque seu gesto teria grande repercussão na luta que os países livres travavam contra as ditaduras militares de todo o mundo. Lembravam que, só naquele ano de 1976, 1.419 cadáveres tinham sido oficialmente identificados pelas autoridades, vítimas dos sucessivos choques entre o terrorismo e a repressão¹⁰². Estatística que se tornaria ainda mais trágica nos anos seguintes (a imprensa internacional, a poucas semanas do

⁹⁹ Folha de São Paulo, 20 de agosto de 1976, p. 7.

¹⁰⁰ Na mesma reportagem sobre o assassinato do general Omar Carlos Actis, a Folha de São Paulo calculava que “só neste ano, a violência política na Argentina já causou mais de 800 mortes. No ano passado, o número de vítimas passou de mil”. Em matéria da Revista Veja, de 27 de outubro de 1976, os dados estatísticos de óbitos eram mais exatos: “só este ano a escalada da violência na Argentina provocou 1.032 mortes”. O número oficial do ano de 1976 contabilizou 1.419 mortos, segundo dados colhidos pela Revista Placar, de 26 de maio de 1986.

¹⁰¹ Revista Placar, edição 835, 26 de maio de 1986, p. 40.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 40-41.

início da Copa do Mundo, calcularia entre 7.000 e 20.000 o número de mortos e de 2.500 e 15.000 o de desaparecidos, desde que Isabelita Perón fora deposta, em março de 1976).¹⁰³

Alguns países, como a França¹⁰⁴, chegaram a formalizar à FIFA apelos no sentido de que a sede da competição fosse mudada, caso uma comissão designada para investigar de perto a situação na Argentina concluísse que o país não teria condições de realizar, com um mínimo de segurança, a Copa do Mundo. No entanto, a confirmação veio por causa de um “favor” que o general Videla fez a João Havelange, presidente da FIFA.

A confirmação foi obtida graças a uma troca de favores entre Jorge Videla e o então presidente da Fifa, João Havelange – que pediu ao ditador que intercedesse pelo brasileiro Paulo Paranaguá, filho de uma importante família de São Paulo, militante na Argentina de um partido de esquerda, o PRT, que tinha sido detido e levado a um centro de tortura. Videla permitiu que Paranaguá deixasse o país rumo à França. Em troca, conseguiu que Havelange respaldasse a confirmação da Argentina como sede da Copa.¹⁰⁵

Em abril de 1978, foi promovida uma paz que se julgava impossível, Os Montoneros – que, mesmo sendo o único movimento guerrilheiro ainda ativo na Argentina após dois anos de “guerra suja”, já estavam completamente destroçados - propuseram ao governo uma trégua durante a Copa.

Todos os líderes Montoneros já não estavam mais na Argentina em 1978. Se estivessem, com certeza, já teriam sido mortos pelo regime. Um dos líderes, Rodolfo Galimberti fez seu auto-exílio na França. De lá, em 10 de abril, através das páginas do semanário *L'Express*, comprometeu-se, em nome do movimento, a respeitar a trégua: nada de atentados, nada de sequestros, desde que as forças de repressão também descansassem armas.¹⁰⁶

Um mês depois, sem que o governo respondesse, quatro outros líderes, Mario Eduardo Firmenich, Roberto Perdía, Raúl Yaguer e Horacio Mendizabal, assinavam na Cidade do México – onde estavam refugiados – uma ordem geral para todo o “exército” Montonero, proibindo seus membros de qualquer operação armada ou ação que viesse a por em risco a integridade física de jogadores, dirigentes, jornalistas, visitantes¹⁰⁷. Realizou-se a Copa, para júbilo de Videla e de toda a Argentina:

Mostramos ao mundo que podíamos e sabíamos organizar uma atividade internacional dessas características; foi um grande avanço e em apenas alguns meses, pois antes os trabalhos sequer tinham sido começados, desenvolvemos todas as capacidades para este Mundial. Os governos anteriores, que nos antecederam, não haviam feito nada e recaiu em

¹⁰³ Revista Veja, edição 502, 10 de abril de 1978, p. 44.

¹⁰⁴ Idem, edição 509, 7 de junho de 1978, p. 71.

¹⁰⁵ O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2008, p. A18. A história do acordo Videla-Havelange está explicitada no livro do jornalista argentino Pablo Llonto, *La Vergüenza de Todos*, lançado em 2005. O próprio João Havelange, em entrevista à Folha de São Paulo, no dia 26 de junho de 2008, confirma a versão. O título da matéria é: “Maior cartola da história diz que salvou até preso político”.

¹⁰⁶ REIN, Raanan. *Argentine Jews or Jewish Argentines? Essays on ethnicity, identity and diaspora*. Holanda, 2010, p. 234.

¹⁰⁷ Folha de São Paulo, 13 de maio de 1978, p. 28.

nós a responsabilidade de colocar em marcha aqueles trabalhos que se desenvolveram satisfatoriamente. Já se sabia do Mundial há quatro anos e nos dois anos de governo peronista, eles nada fizeram; nós fizemos o trabalho em apenas dois anos, em que investimos em infra-estrutura e instalações. Inclusive, desenvolvemos a televisão a cores, que até aquele momento não existia na Argentina. Exibimos ao exterior nossa capacidade de organização e trabalho, junto com a imagem de um país em paz, apesar das maledicências de alguns setores.¹⁰⁸

Como a fazer parte da paisagem argentina daqueles dias, desde o jogo inaugural havia um verdadeiro exército armado com granadas e metralhadoras, parte do esquema de segurança cuidadosamente montado pelo próprio governo. Um esquema que se intensificou às vésperas do início da Copa, em especial depois que uma bomba explodiu no Centro Cultural San Martín (um teatro onde seria instalado o centro de imprensa), matando o detetive Héctor Rodríguez, do Esquadrão de Explosivos do Departamento de Polícia¹⁰⁹, a três semanas da abertura do Mundial.

De qualquer forma, não apenas a bomba, o aparato de segurança, mas quase tudo contribuiu para que um clima nervoso cercasse a campanha da Argentina. Poucos dias antes da Copa, o general Videla reunira os jogadores da seleção, na Casa Rosada, para uma patriótica preleção: “Eu lhes falo como o comandante que estimula suas tropas antes do combate. Sejam realmente os vencedores do torneio. Vencedores na fidalguia, na amizade que possam demonstrar a nossos visitantes. Que vocês sejam a expressão justa da qualidade do homem argentino”.¹¹⁰

A Argentina foi caminhando na “sua Copa”. Ganhou da Hungria por 2 a 1, bateu a França também por 2 a 1, perdeu para a Itália por 1 a 0, venceu a Polônia por 2 a 0, empatou com o Brasil em 0 a 0 e só chegaria à final se goleasse o Peru por uma vantagem de quatro gols ou mais, na última rodada da segunda fase. Caso contrário, o Brasil seria o finalista da Copa por ter melhor saldo de gols.

Para sintetizar, basta dizer que a Argentina fez 6 a 0 no Peru e foi à final, numa partida em que passou para a história como uma das maiores farsas das Copas do Mundo. O jogo motivou o jornalista argentino Ricardo Gotta a escrever o livro *“Fuimos Campeones: La Dictadura, El Mundial 78 y el Mistério del 6 a 0 a Perú”*.

A tese do jornalista aponta que o Peru teve alguns jogadores subornados para facilitar a derrota por goleada. Ademais, Ricardo Gotta lembrou bem que havia uma ligação cordial entre o general Jorge Videla e o presidente peruano, o também general Francisco Morales Bermúdez. Mais que isso, o filho de Bermúdez era justamente o chefe da delegação peruana na Copa de 1978.

¹⁰⁸ Revista Cambio 16. *Entrevista exclusiva com Jorge Rafael Videla, exdictador argentino*. Espanha, 12 de fevereiro de 2012. Disponível em:

http://cambio16.es/not/1250/en_argentina_no_hay_justicia_sino_venganza_que_es_otra_cosa_bien_distinta

¹⁰⁹ Folha de São Paulo, 11 de maio de 1978, p. 44.

¹¹⁰ Revista Placar, edição 835, 26 de maio de 1986, p. 45.

“Conseguí reunir uma dezena de provas contundentes que apontam para a existência de uma operação que funcionava em dois níveis: o do medo, da coerção, e o da corrupção e suborno, ao menos no caso de alguns dos jogadores da seleção peruana” – contou Ricardo Gotta em entrevista ao site Terra.¹¹¹

As eternas suspeitas dizem que cada jogador subornado recebeu 50 mil dólares para facilitar as coisas para a Argentina. Mas a coerção ocorreu em diversos níveis. Antes do jogo, no vestiário, os peruanos receberam a inusitada visita do general Jorge Videla e do ex-secretário de estado norte-americano Henry Kissinger, que estava no país assistindo à Copa¹¹².

Argentina e Peru gozavam de boas relações internacionais na época em que ambos eram governados por uma ditadura militar. Segundo entrevista dada por um senador peruano (Genaro Ledesma Izquieta) ao jornal espanhol *El País*, em 2012, o governo de Videla tinha recebido, em maio de 1978, treze opositores do regime do ditador peruano como “prisioneiros de guerra”, entre eles, o próprio senador.¹¹³

O jogo, então, foi uma ótima oportunidade para retribuir o “favor”. Afinal, a seleção peruana já estava eliminada. Em “agradecimento”, duas semanas após a Copa, a Argentina concedeu ao Peru uma doação de 35 mil toneladas de trigo¹¹⁴.

Na final, a Argentina ganhou a Holanda por 3 a 1 e foi campeã mundial pela primeira vez. Um momento de felicidade coletiva que a ditadura soube tirar proveito político.

Com a Argentina campeã, mais de mil estudantes secundaristas se concentraram na Praça de Maio de manhã e outros à tarde. *La Nación* (27.06.1978) registra a presença de seis mil jovens. O júbilo tomou conta das principais cidades. Será preciso explicar esta autêntica festa popular em que as exceções, que certamente houve, não foram suficientes para romper a aparência de unanimidade na qual todos pareciam dispostos a aceitar que havia um mérito extra-futebolístico, ainda que não se soubesse bem qual era, grande parte do qual correspondia ao governo, ainda que não se soubesse bem explicar por quê?

A relação entre política e esporte é essencialmente cultural: quanto e como se poderá manipular politicamente o esporte depende de como e quanto de esporte existe nas raízes da cultura de massa. Para os argentinos, o futebol tem uma enorme importância social e simbólica; para muitas representações culturais e identidades populares, uma dimensão significativa do que os argentinos são, e são no mundo, é futebolística. Dado que a disputa,

¹¹¹ A entrevista com o jornalista Ricardo Gotta, autor do livro “*Fuimos Campeones: La Dictadura, El Mundial 78 y el Misterio del 6 a 0 a Perú*”, encontra-se disponível no link:

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2940372-EI6583,00-Argentina+x+Peru+em+afinal+houve+suborno.html>

¹¹² O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2008, p. A18.

¹¹³ Folha de São Paulo, 8 de fevereiro de 2012, caderno de esportes, p. D12.

¹¹⁴ AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou Morrer – Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. FAPERJ, Mauad Editora. Rio de Janeiro, 2002, p. 183. O número exato de toneladas de trigo é extremamente contestável. *O Estado de São Paulo*, em edição de 8 de fevereiro de 2012, afirma que o acordo era de 14 mil toneladas. Já a Revista *Placar*, de 14 de julho de 1986, fala em 50 mil toneladas. Por fim, o livro do historiador argentino Juan José Sebreli, estima a “doação” em 4 mil toneladas. Vide: SEBRELI, Juan José. *La era del fútbol*. Editora Sudamericana. Buenos Aires, Argentina, 1998, p. 203.

nessa oportunidade, seria em casa, para muitos não havia desculpas: ganhar equivalia a confirmar a auto-imagem futebolística nacional, ao passo que perder seria uma humilhação.¹¹⁵

A revista *Veja* noticiou em uma matéria intitulada “Gol do General Videla”, que “o presidente argentino aparece como o principal beneficiário político do otimismo que se seguiu à conquista da Copa do Mundo”.¹¹⁶ A mesma revista, no entanto, lembrava que a inflação já passara dos 45% e até dezembro chegaria a 104% (na realidade, ultrapassou todas as estimativas e alcançou 161,4% em 1978)¹¹⁷, que havia um déficit habitacional de 2,7 milhões de habitações no país e que isso afetava 13 milhões de argentinos, que uma nova lei do inquilinato ameaçava despejar 150 mil famílias devedoras de aluguel e que um trabalhador argentino ganhava um salário baixo, que variava entre 150 mil e 200 mil pesos por mês.

Na Argentina em 1978, a ditadura corrupta do general Videla estava enfrentando o desastre econômico. A Argentina venceu a Copa do Mundo de futebol e a confiança nacional foi às nuvens. A farra de consumo resultante salvou tanto a economia quanto o odiado Videla.¹¹⁸

Enquanto isso, os jogadores campeões – que por algum tempo formaram um elo de paz entre o povo e o regime – dividiriam um prêmio de 19.525 milhões de pesos.¹¹⁹

Naquele momento de júbilo, a popularidade do general-presidente era tão grande que, em suas últimas entrevistas, Videla chegou a declarar que seu “grande erro havia sido não ter convocado eleições em 1978”,¹²⁰ visão compactuada por Reynaldo Bignone, o último presidente do Processo: “Se tivéssemos convocado eleições naquela hora, teríamos vencido. E ainda hoje estaríamos sendo aplaudidos” – disse, em entrevista em 2002.

A Copa foi o primeiro símbolo de aprovação popular da ditadura. O general Jorge Rafael Videla, ditador na época, foi aplaudido pela multidão em estádios repletos. O gasto desvairado na organização não foi questionado. A denúncia dos exilados e parentes dos desaparecidos foram encaradas como expressões de anti-patriotismo.¹²¹

¹¹⁵ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007, p. 209-210.

¹¹⁶ Revista *Veja*, edição 513, 5 de julho de 1978, p. 36.

¹¹⁷ FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Editora 34. Rio de Janeiro, 2004, p. 469.

¹¹⁸ STRATHERN, Paul. *Uma breve história da economia*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 2003, p. 234.

¹¹⁹ Revista *Veja*, edição 512, 28 de junho de 1978, p. 75.

¹²⁰ MANFRONI, Carlos. *Montoneros: soldados de Massera – la verdad sobre la contraofensiva montonera y la logia que diseñó los 70*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 2012.

¹²¹ O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2008, p. A18.

III – O fim da ditadura e o início dos julgamentos

Videla ficaria no poder até 29 de março de 1981, quando passou a presidência ao General da reserva, Roberto Eduardo Viola. Na verdade, pressões militares de um lado – que exigiam a repartição do poder – e denúncias da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de outro – que ligavam a imagem de Videla ao desaparecimento e morte de milhares de argentinos – foram enfraquecendo o seu governo. Aliado a esses fatores, havia ainda a crise econômica, com inflação altíssima, desvalorização constante do Peso, queda das reservas cambiais e uma dívida externa de 30 bilhões de dólares. Durante os cinco anos do governo Videla, José Martínez de Hoz foi o único ministro da Economia, classificado pela revista *Veja* como: “um verdadeiro czar da economia argentina desde 24 de março de 1976” e que teria “enfiado o país em um buraco”.¹²²

O presidente Roberto Viola não duraria no cargo. Estava muito doente para manter o compromisso assumido junto aos demais militares. “O presidente sofre de enfisema, aneurisma ventricular, insuficiência coronária, esclerose aórtica e seu coração apresenta cicatrizes de enfartes anteriores”¹²³, listou a revista *Veja* no final de 1981, quando já se previa sua saída e a entrada do Comandante Geral do Exército, general Leopoldo Fortunato Galtieri, o que ocorreu em 22 de dezembro de 1981, mesmo que o enfermo Viola tenha se recusado a renunciar, sendo, portanto, destituído pela Junta Militar.¹²⁴

Galtieri seria o ditador que lançaria a Argentina na fracassada Guerra das Malvinas de 1982, contra a Inglaterra, pela posse das ilhas Falklands. A rápida derrota portenha, que deixou um saldo de 655 soldados argentinos mortos¹²⁵, foi o estopim que acelerou o fim do regime militar no país.

A guerra piorou ainda mais a situação econômica argentina, e significou um severo golpe para a moral do país, do que tardaria muito em se recuperar. Leopoldo Galtieri caiu e teve que renunciar a presidência três dias após a derrota¹²⁶, sendo substituído por Alfredo Óscar Saint-Jean, que por sua vez foi suplantado duas semanas depois por Reynaldo Bignone. Porém, a Junta Militar estava na iminência do fim. Em 1983, o último militar entregava o poder a Raúl Ricardo Alfonsín,

¹²² Revista *Veja*, edição 657, 8 de abril de 1981, p. 84-85.

¹²³ Idem, edição 690, 25 de novembro de 1981, p. 43.

¹²⁴ Para o sociólogo Norberto Ceresole, as doenças não justificavam a saída de Viola do poder. Sua forma de fazer política, aproximando-se demais da União Soviética, é que era um problema grave na visão dos demais militares: “Hubo un rápido acuerdo para destituir a Viola. Como telón de fondo estaba la Unión Soviética y la política que este último general pensaba desarrollar con ella. La política cerealera argentina, para los norteamericanos, posibilitaba una maniobra soviética de provocación. Tal posición era absolutamente coincidente con la de determinados grupos hegemónicos en el interior del país. El diario conservador *La Prensa*, de Buenos Aires, dio la voz de alarma cuando un coronel del ejército soviético fue condecorado por el general Viola, entonces jefe del Estado Mayor del Ejército”. In: CERESOLE, Norberto. *Subversión, contrasubversión y disolución del poder – guerra y sociedad en la Argentina contemporánea – un país entrópico en un mundo apolar*. Centro de Estudios Argentina en el mundo. Buenos Aires, 1996, p. 114.

¹²⁵ Revista *Veja*, edição 2.263, 4 de abril de 2012, p. 104-105.

¹²⁶ Idem, edição 747, 29 de dezembro de 1982, p. 70-71.

da União Cívica Radical, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde o golpe de Estado de 1976. A democratização da Argentina foi, talvez, a única consequência política positiva da Guerra das Malvinas.

Para Ceresole, “a democracia chega à Argentina como prêmio de consolação de um país vencido”. Segundo o mesmo autor, a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, teria dito algo semelhante: “se nós não tivéssemos vencido Galtieri, vocês não teriam democracia”.¹²⁷

Os novos ventos que sopravam na Argentina não fizeram bem à Videla e aos ex-integrantes da Junta Militar. Logo em 1º de agosto de 1984, foi preso pela primeira vez, acusado de homicídio e tortura a membros da oposição armada, sendo o terceiro ex-chefe do governo militar a ser preso depois da posse de Raul Alfonsín, antes Galtieri e Bignone já tinham tido a mesma pena¹²⁸. Todos foram inicialmente detidos na guarnição militar de *Campo de Mayo* e, como a Justiça Militar se negou a julgá-los, o caso passou para as mãos da Justiça Civil, que enviou Videla para ser trancafiado na Unidade Carcerária 22, juntamente com o almirante Emílio Massera e o brigadeiro Ramón Agosti.¹²⁹

Em dezembro de 1985, Videla e os outros oito membros da Junta Militar foram julgados e condenados à prisão perpétua. A revista *Veja* abriu manchetes dizendo que “*Las Locas* tinham razão – julgados por um tribunal civil segundo normas que negaram aos desaparecidos, Videla, Massera e Viola são condenados como homicidas e ladrões”.

“Estou preparado para o pior”, confidenciou a um amigo o general Jorge Rafael Videla, ex-presidente da Argentina, pouco depois do início do histórico julgamento, encerrado na semana passada, que colocou no banco dos réus os chefes da ditadura que dominou o país entre 1976 e 1982. Cabeça do golpe que inaugurou o capítulo mais trágico da vida argentina, Videla ainda se comportava então, mesmo preso, com a altivez e postura de estátua de salão nobre que exibiu no poder. Alto e magro, silhueta que lhe valeu o apelido popular de “Pantera Cor de Rosa”, extremamente empostado e cioso da própria aparência, Videla fez questão de comparecer às primeiras sessões do tribunal engalanado com todas as condecorações de seu uniforme militar – para deixar claro, conforme explicou, que sentia orgulho por ter comandado o Exército no combate ao terrorismo. Sentava-se no banco dos réus, acusado de dezesseis homicídios, ao lado de outros oito chefes militares.¹³⁰

Videla e os demais militares foram, então, transferidos da *Unidad 22*, um insalubre presídio no centro de Buenos Aires, para a Penitenciária de Magdalena, uma prisão militar no campo, a 120 quilômetros da capital, onde viveriam em confortáveis chalés dotados de TV, ar condicionado e sempre que sentissem vontade, poderiam circular pela área verde existente ao redor da prisão. A

¹²⁷ CERESOLE, Norberto. *Subversión, contrasubversión y disolución del poder – guerra y sociedad en la Argentina contemporánea – un país entrópico en un mundo apolar*. Centro de Estudios Argentina en el mundo. Buenos Aires, 1996, p. 259.

¹²⁸ Revista *Veja*, edição 831, 8 de agosto de 1984, p. 122.

¹²⁹ Idem, edição 842, 24 de outubro de 1984, p. 40.

¹³⁰ Idem, edição 902, 18 de dezembro de 1985, p. 54.

comparação era de que os “condenados” estavam vivendo em férias forçadas em um verdadeiro hotel-fazenda cinco estrelas.¹³¹

Os generais passaram apenas cinco anos na prisão “perpétua”. No final de 1990, o então presidente Carlos Menem fez uso da faculdade presidencial do indulto para ditar a libertação de Videla, junto com a de outros membros de juntas militares e chefes da polícia da Província de Buenos Aires, além do dirigente montonero Mario Eduardo Firmenich, através dos decretos 2741/90 e 2742/90. Menem argumentou ser necessário superar os conflitos passados para justificar sua atitude: “Estou plenamente disposto a bancar o custo político dos indultos” – disse Menem, mesmo contrariando 71% da população argentina, que desejava ver Videla, Viola, Massera na prisão.¹³²

Em 9 de junho de 1998, Videla regressou à prisão, por curto período, pois o juiz Roberto Marquevich determinara que as questões de subtração de menores durante a “guerra suja” constituíam crimes de lesa humanidade, sendo, portanto, imprescritíveis¹³³. O ex-presidente passou 38 dias na Prisão de Caseros até que lhe foi concedido o direito à prisão domiciliar, por ter mais de 70 anos¹³⁴.

As idas e vindas da Justiça argentina, fizeram com que o perdão dado por Menem fosse revogado em 2003 e que a prisão domiciliar de Videla se transformasse em um novo cárcere em 2008, mesmo que já tivesse mais de 80 anos (nascera em 1925). Foi colocado numa cela da prisão do *Campo de Mayo*, um antigo cárcere militar, sob o comando do Ministério da Justiça.

Por decisão da Justiça, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla, 83, foi transferido ontem a uma prisão militar após dez anos de detenção preventiva domiciliar pelo sequestro de bebês ocorrido durante seu governo (1976-1981).

Videla havia sido beneficiado pela lei que permite a prisão domiciliar para maiores de 70 anos, mas o juiz Norberto Oyarbide julgou que a prisão para a qual foi levado o ex-ditador “conta com o equipamento, a infra-estrutura e o pessoal necessário para atender a qualquer emergência médica”¹³⁵.

Desde 2003, a Argentina é governada pelos Kirchner. Primeiro, Néstor Kirchner, presidente entre 2003 e 2007. Depois, por sua mulher, Cristina Kirchner, a partir de então. Os dois apresentavam como bandeira política a punição de crimes da ditadura. Em 2004, em um gesto puramente simbólico, o presidente Néstor Kirchner retirou os quadros de Jorge Videla e Roberto Bignone da galeria dos diretores do Colégio Militar¹³⁶.

¹³¹ Revista Veja, edição 915, 19 de março de 1986, p. 64.

¹³² Idem, edição 1.163, 2 de janeiro de 1991, p. 33.

¹³³ Folha de São Paulo, 11 de junho de 1998, p. 14.

¹³⁴ Idem, 18 de julho de 1998, p. 10.

¹³⁵ Idem, 11 de outubro de 2008, p. A18.

¹³⁶ O Estado de São Paulo, 25 de março de 2004, p. A17.

Enfim, em 2010, Videla e outros 28 militares voltaram a enfrentar o julgamento de uma corte. O ex-general foi novamente condenado à prisão perpétua, em 22 de dezembro, por 31 execuções de presos políticos (homicídios qualificados), 504 privações ilegais de liberdade, torturas, roubos agravados, falsidade ideológica de documentos públicos, usurpações, extorsões, roubo de menores, entre outros crimes contra a humanidade. A decisão foi comemorada pela população que assistiu ao julgamento do lado de fora do tribunal da cidade de Córdoba.

Antes de a sentença ser proferida, Videla leu em 49 minutos um auto de defesa de 17 páginas, lembrando os fatos ocorridos nos anos 70, negando a existência de uma “guerra suja”, protestando contra o revanchismo de que seria vítima, assumindo a sua responsabilidade pelos atos da época e, por fim, aceitando sobre protesto a inevitável pena de reclusão perpétua:

Frente a essa realidade que não está em minhas mãos modificar, assumirei, sob protesto, a injusta condenação que possam me impor, como contribuição de minha parte à concórdia nacional; e eu a compreendo como mais um ato de serviço que devo prestar à Deus Nosso Senhor e à Pátria.

Com isso, pretendo cumprir com minha consciência. Cumpram vocês com as suas.¹³⁷

Desde que passou a viver encarcerado na cela número 5 da Unidade 34 do Serviço Penitenciário do quartel do *Campo de Mayo*, Videla pareceu acometido de uma necessidade súbita de falar. Em fevereiro de 2012, extremamente lúcido aos 87 anos, foi publicada uma longa entrevista dada à revista espanhola *Cambio 16*, na qual as perguntas do jornalista Ricardo Angoso pareciam ter sido feitas sob medida para que Videla tentasse melhorar sua imagem junto à sociedade Argentina. Entre as muitas queixas do ex-ditador, uma frase se sobressaiu:

Nosso pior momento, falando para os militares, é com a chegada dos Kirchner ao governo. (...) Os Kirchner marcaram aos militares como os maus, os responsáveis de crimes de lesa-humanidade, e aos terroristas como os bons, como as vítimas daqueles anos terríveis.¹³⁸

Por último, ao conceder nove longas entrevistas, totalizando 20 horas de conversa, ao jornalista Ceferino Reato, editor da revista econômica *Fortuna*, entre outubro de 2011 e março de 2012, Videla estava balizando o que seria o novo livro de Reato: “*Disposicion Final*”. Entre as muitas confissões de Videla, o ex-ditador admitiu sua responsabilidade nas mortes e desaparecimentos de 7.000 a 8.000 pessoas durante seu governo.

O livro foi intitulado “*Disposición Final*” porque era como os militares definiam a última etapa a ser cumprida – primeiro a prisão, depois a tortura, a morte e por fim, o desaparecimento do

¹³⁷ VIDELA, Jorge Rafael. *Manifestación ante los Jueces*. 22 de dezembro de 2010, p. 16. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

¹³⁸ Revista Cambio 16. *Entrevista exclusiva com Jorge Rafael Videla, exdictador argentino*. Espanha, 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://cambio16.es/not/1250/en_argentina_no_hay_justicia_sino_venganza_que_es_otra_cosa_bien_distinta

corpo. Na entrevista, Videla chega a declarar-se responsável por todas as ações tomadas durante o Processo¹³⁹.

Para o autor, é como se estivesse ouvindo relatos e confissões detalhadas de um período vindas do principal personagem envolvido na história. Seria como se um historiador do presente pudesse escutar o que Napoleão teria a dizer sobre as guerras que travou contra todas as potências europeias, ou a versão do próprio Hitler sobre o holocausto ou ainda desse ao próprio Nero a chance de se defender da acusação de ter incendiado Roma.

Em recente entrevista à jornalista Sylvia Colombo, da *Folha de São Paulo*, Ceferino Reato disse que:

“Muitos colocaram em dúvida se deveríamos ou não entrevistar Videla, porque ele é considerado o demônio maior por aqui. Agora que um depoimento seu causou um fato judicial, todos concordam que alguém deveria tê-lo ouvido. Nunca um jornalista argentino tentou fazer isso. Videla tinha a esperança de uma mudança de governo. Se Cristina Kirchner saísse, ele poderia ser indultado. Agora que percebeu que esse governo vai durar, não tem mais nada a perder, e a tendência é que comece a contar o que sabe”.¹⁴⁰

A presidente Cristina Kirchner criticou a publicação das entrevistas com o ex-ditador¹⁴¹. Além das críticas ao governo Kirchner, Videla dava uma visão extremamente parcial aos fatos, não mostrava qualquer arrependimento e tinha a certeza de que fez um ótimo trabalho em eliminar o terrorismo dos grupos radicais nos anos 70.

No dia 17 de maio de 2013, enfim, Videla morreu na prisão militar. Foi encontrado sem vida sentado no vaso sanitário, para júbilo de muitos argentinos, entre as quais está a presidente da organização *Abuelas de la Plaza de Mayo*: “Há homens bons e maus. Esse era um homem mau. Fico um pouco mais tranqüila por saber que um ser desprezível deixou este mundo” – declarou Estela de Carlotto.¹⁴²

Para quem perdeu familiares durante a repressão da “guerra suja”, a data ficará marcada na história: “Nem com sua vida poderá pagar tantas vidas arruinadas. Ele foi julgado, privilégio que nossos familiares não tiveram. Nos resta a satisfação de que tenha morrido numa cela, como deveria acontecer com tantos repressores em outros países da região, impunes” – disse Macarena Gelman, filha de pais desaparecidos durante a ditadura, em entrevista ao jornal *O Globo*.¹⁴³

¹³⁹ REATO, Ceferino. *Disposición Final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 2012, p. 105.

¹⁴⁰ A reportagem “Polícia argentina faz busca em residência de ex-ditador Videla”, em que constam trechos da entrevista com o jornalista Ceferino Reato está disponível na internet, pelo próprio site da Folha: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1083705-policia-argentina-faz-busca-em-residencia-de-ex-ditador-videla.shtml>

¹⁴¹ A reportagem “Cristina Kirchner critica revista por entrevista com ex-ditador”, está disponível na internet, pelo site do portal Terra: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5648866-EI8140.00-Cristina+Kirchner+critica+revista+por+entrevista+com+exditador.html>

¹⁴² Correio Braziliense, 18 de maio de 2003, p. 16.

¹⁴³ A entrevista de Macarena Gelman ao jornal *O Globo* está disponível na internet, na página: <http://oglobo.globo.com/mundo/nem-com-sua-vida-videla-podera-pagar-as-que-arruinou-diz-vitima-8428356>

Videla jamais se arrependeu de ter iniciado o “Processo de Reorganização Nacional”, muito menos de fazer a “Guerra Suja”. Para ele, exterminar toda uma geração que lutava por um projeto de país diferente, reprimindo de forma sistemática aos “inimigos” do regime era uma missão, a ser cumprida como qualquer outra ordem militar. Por isso, até a sua última entrevista, concedida em 2012, ele reafirmava que estava convencido de que Deus sempre o guiou e nunca soltou suas mãos, nem mesmo na prisão:

Olhe, não estou arrependido de nada, durmo muito tranquilo todas as noites; tenho sim um peso na alma, mas não estou arrependido, nem esse peso me tira o sono (...) Eu tive que trilhar um trecho muito sinuoso, muito íngreme da estrada, mas essas sinuosidades estão me aperfeiçoando aos olhos de Deus, tendo em vista a minha salvação eterna.¹⁴⁴

¹⁴⁴ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, pp. 25, 34.

Conclusão

Analisar a história recente de um país vizinho que se viu envolto em momentos políticos turbulentos, onde até hoje muito do que realmente aconteceu ainda é uma nuvem de mistérios, torna qualquer trabalho mais desafiador. Ainda mais quando o tema é a ditadura militar na Argentina dos anos 70. Achar uma resposta objetiva, números reais para os milhares desaparecidos ou uma única versão do que de fato se passou no governo de Jorge Rafael Videla é tarefa impossível.

Cabe ao historiador elencar fatos, procurar, mesmo que seja difícil, ter uma posição objetiva diante de um governo que nos seus primeiros dois anos tratou de exterminar ao máximo qualquer foco de rebeldia, qualquer sinal de subversão, qualquer suspeita ínfima que fosse de contestação. Não há como absolver a junta militar das ações realmente criminosas daquela época. Isso a Justiça argentina já reconheceu desde o fim do regime e, pelo fato de que crimes contra a humanidade são imprescritíveis, o homem mais poderoso do país entre 1976 e 1981 foi condenado à prisão perpétua.

A justificativa do golpe militar de 24 de março de 1976, segundo o ex-general Videla, era clara, embora as ações que tenham sido tomadas fossem extremamente obscuras:

Nosso objetivo era disciplinar uma sociedade anarquizada; trazê-la de volta a seus princípios, a seus caminhos naturais. Com todo respeito ao peronismo, sair de uma visão populista, demagógica, que impregnava vários setores; com relação à economia, mudar para uma economia de mercado, liberal. Um novo modelo, uma mudança bastante radical; à sociedade queríamos disciplinar-la para que fosse mais eficiente. Queríamos também disciplinar o sindicalismo e o capitalismo selvagem.¹⁴⁵

Mas o que conseguiram os ditadores na Argentina? Por várias razões que incluem a crise do governo constitucional, a ineficácia dos políticos, as ações dos grupos guerrilheiros e o medo que gerava na população, as Forças Armadas acumularam um grande poder em apenas três anos. Isso lhes permitiu impor soluções autoritárias, baseadas na força, de cima para baixo, não só no plano da luta contra a guerrilha: pretendiam mudar toda uma sociedade, como se precisassem refundá-la, moldá-la para libertá-la da “praga” do peronismo que, para os militares, impediam o desenvolvimento do país. Os que tomaram o poder em 1976 estavam convencidos de que poderiam fazer tudo o que queriam sem ter o consenso de ninguém.

Temos, então, a formação de uma corrente explicativa: foi uma ditadura sangrenta, que contra-atacou os grupos terroristas e adversários ideológicos com mão de ferro, aplicando uma política genocida, onde não havia lógica em somente prender os subversivos. Era, realmente, preciso matá-los para evitar que, quando o regime militar não estivesse mais no poder, nenhum presidente civil pudesse soltá-los. O Ministro do Interior, Albano Harguindeguy, classificava-os de

¹⁴⁵ REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012, p. 159.

irrecuperables. Foi essa a explicação de Videla à revista *Cambio 16*, lembrando que o presidente Héctor Campora, em 1973, dera anistia a todos os presos políticos do regime militar anterior.

Em meados dos anos 70, havia um clima de total insegurança na Argentina, presidida por Isabelita Perón. Havia três grupos extremistas armados atuando em atentados no país – os Montoneros (encabeçados por Mario Eduardo Firmenich), o Exército Revolucionário do Povo (comandado por Mario Roberto Santucho) e a Aliança Anticomunista Argentina, uma organização mantida por José López Rega, ministro do Bem-Estar Social do próprio governo de Perón¹⁴⁶. Daí porque os militares entenderam que, em meio à estrutura precária e caótica do governo de Isabelita, precisavam “prestar um inestimável serviço à Nação agredida, derrotando seu inimigo”¹⁴⁷, nas próprias palavras de Videla.

Respondendo à violência com mais violência ainda, os militares instituíram o que o historiador argentino Horácio Gaggero definiu como uma “verdadeira ditadura terrorista”¹⁴⁸, que além de não melhorar o contexto econômico-político-social do povo platino, ainda deixou um rastro eterno de milhares de desaparecidos e mortos.

O genocídio cometido durante a “Guerra Suja” salta aos olhos do mundo. Dados oficiais estipulam em 8.961 o número de mortos e desaparecidos entre 1976 e 1983. No Chile, seriam 3.196 vítimas. No Paraguai, 2.000. No Brasil, 366 mortos entre o golpe de 1964 e a anistia de 1979. No Uruguai, 297 pessoas.¹⁴⁹

No campo econômico, nos sete anos em que os militares estiveram no poder, a dívida externa passou de 6 bilhões de dólares para 46 bilhões de dólares. A participação da indústria no PIB caiu de 37,5% para 25%, a participação dos trabalhadores no PIB caiu de 50% para 30% e a pobreza disparou de 5% para 28% da população atingida.¹⁵⁰ Era o fracasso completo do “Processo”.

¹⁴⁶ Folha de São Paulo, 9 de julho de 1978, 2º caderno, p. 2. Sobre a AAA (Triple A), a reportagem da Folha chega a insinuar que o ministro José López Rega chegou a receber substanciais ajudas dos Estados Unidos para o combate ao tráfico de drogas que foram desviadas – com consentimento da própria CIA – para a compra de armamento pesado, como metralhadoras com silenciadores.

¹⁴⁷ VIDELA, Jorge Rafael. *Manifestación ante los Jueces*. 22 de dezembro de 2010, p. 16. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

¹⁴⁸ GAGGERO, Horacio, GARRO Alicia & MANTIÑAN, Silvia Cecilia. *História de América en los siglos XIX y XX*. Editora Aique. Buenos Aires, Argentina, 2001, p. 162.

¹⁴⁹ Apud. MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor – Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.

¹⁵⁰ Os índices econômicos no período da ditadura militar argentina foram coletados pelo jornalista e correspondente de O Estado de São Paulo, Ariel Palácios, e encontram-se em seu blog na internet: <http://blogs.estadao.com.br/ariel-palacios/> e também em: HOPSTEIN, Graciela. *A rebelião argentina – assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas*. E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro, 2007, p. 61.

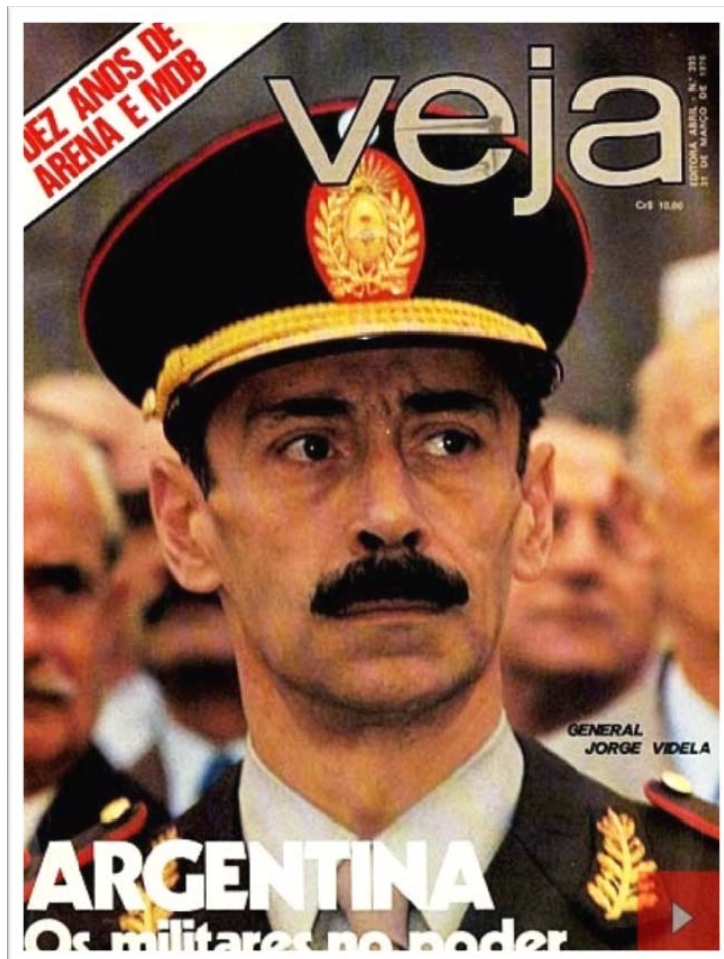
ANEXOS



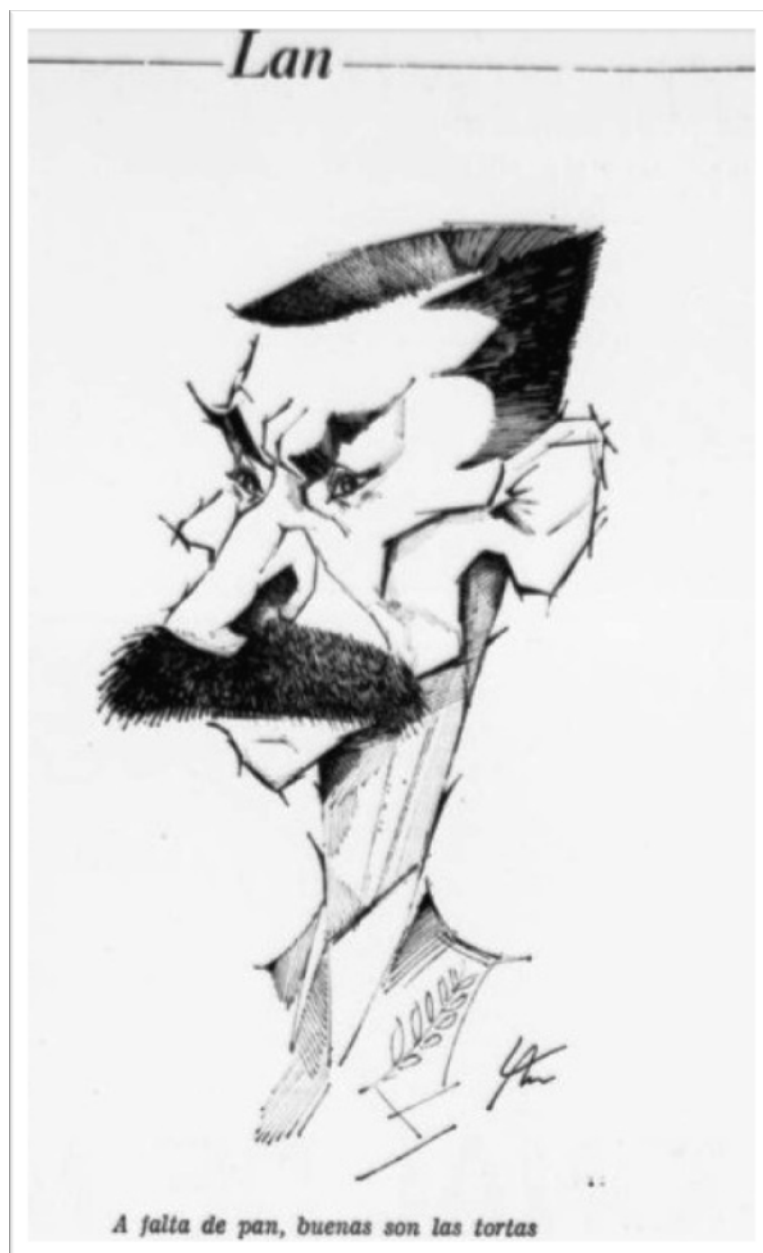
***Para baixo:** O ministro José López Rega, o presidente Juan Domingo Perón e a sua vice Isabelita, com um típico penteado dos anos 70, saúdam a multidão “peronista” que se aglomerava embaixo da sacada da Casa Rosada. A foto foi publicada no blog “Os Hermanos”, de Ariel Palácios, correspondente de O Estado de S. Paulo na Argentina desde 1995.*



***Os guarda-costas:** o General do Exército, Jorge Rafael Videla e o Almirante Emilio Massera ladeiam a presidenta Isabelita Perón. Mal sabia ela que ao dar poderes para que as Forças Armadas controlassem os ataques extremistas, estaria fortalecendo o golpe que haveria de sofrer. A foto foi publicada pelo Diario Pregon de la Plata.*



O homem da capa: Na época em que a Revista Veja ainda se preocupava com a política internacional, o golpe do general Jorge Videla foi estampado na capa da edição de 31 de março de 1976, uma semana após a tomada do poder. Hoje, a revista mudou e se preocupa mais com matérias de comportamento.



À bico de pena: A caricatura do italiano Lan, nas páginas do Jornal do Brasil, após o golpe de 24 de março de 1976, já satirizava a figura do general Jorge Videla: “A falta de pan, buenas son las tortas”, dizia a legenda.



Deixai vir a mim as criancinhas: Uma imagem pode valer mais que mil palavras. Na foto, a imagem de um “homem acolhedor”, receptivo com as crianças chilenas, em uma visita ao país vizinho em 1978. Atrás de Videla, vestido com a farda de general, há uma freira sorridente, com um pingente em forma de coração. A ditadura militar argentina, de fato, “gostava muito” de crianças, tanto até que várias delas foram “adotadas” após o assassinato de seus pais verdadeiros. A foto também está no blog de Ariel Palácios, que sempre que pode, relembra os horrores da ditadura.



***Tudo ok para Videla:** com as duas mãos, o general faz sinal de positivo após a Argentina erguer a Copa do Mundo de 1978, disputada sob clima de intensa vigilância no país do ditador. A vitória no futebol fez com que o povo esquecesse as agruras do regime militar por um tempo. A foto também está no blog de Ariel Palácios. O jornalista duvida que a goleada sobre o Peru tenha sido fruto apenas da capacidade da seleção portenha.*



***Olhar piedoso:** No julgamento que o condenaria à prisão perpétua novamente, em 2010, Videla, aos 85 anos, mostra-se desalentado com o seu destino.*

Fontes Bibliográficas

I – Primárias

ANGOSO, Ricardo. En Argentina no hay justicia, sino venganza, que es otra cosa bien distinta in: Semanario Cambio 16, Espanha, 12 de fevereiro de 2012, disponível em:

http://cambio16.es/not/1250/en_argentina_no_hay_justicia_sino_venganza_que_es_otra_cosa_bien_distinta

CARLOS, Newton. Na primeira nota oficial, a Junta expõe suas razões in: Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de março de 1976, p. 8.

COLOMBO, Sylvia. O que é isso, montonero? in: Folha de São Paulo, São Paulo, 2 de outubro de 2011, Caderno Ilustríssima, p. 6-7.

COLOMBO, Sylvia. Polícia argentina faz busca em residência de ex-ditador Videla in: Folha.com, 30 de abril de 2012, disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1083705-policia-argentina-faz-busca-em-residencia-de-ex-ditador-videla.shtml>

DANTAS, Jayme. Argentina pára e povo sai às ruas nas comemorações dos peronistas in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1973, p. 12

_____. Campora renuncia ao governo argentino in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1973, p. 9.

_____. Peronistas temem reação militar à Isabel como vice in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1973, p. 8.

_____. Eva Perón chega e corpo de Aramburu é devolvido in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1974, p. 8.

GARCIA, Alexandre. Argentina exige mais rigor na luta contra terrorismo in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1975, p. 9.

_____. Vitória da CGT pode aumentar a inflação in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1975, p. 10.

_____. Maria Estela fará apelo à pacificação nacional in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1975, p. 10.

_____. M. Estela adoece mas não passa poder a Lunder in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1975, p. 11.

_____. Rebeldes da Argentina não se sentem derrotados in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1975, p. 12.

KÜCHLER, Adriana. Ex-ditador Jorge Videla volta à prisão por ordem judicial in: Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de outubro de 2008, p. A18.

MACHADO, Aluizio. M. Estela reúne gabinete para debater atentado in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de março de 1976, p. 9.

NADER, Alceu. Sinal de vida – Depois das Mães de Mayo, o triunfo de uma avó in: Revista Veja, edição 769, São Paulo, Editora Abril, 1º de junho de 1983, p. 56.

PASSOS, José Meirelles & VIEIRA, Vitor. A noite dos generais in: Revista Veja, edição 902, São Paulo, Editora Abril, 18 de dezembro de 1985, p. 54-59.

VALENTE, Gabriela Freire. Videla nunca mais in: Correio Braziliense, Brasília, 18 de maio de 2013, p. 16.

VIDELA, Jorge Rafael. Manifestación ante los Jueces. Córdoba, Argentina, 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.periodismodeverdad.com.ar/documentos/manifestacion.pdf>

VILLAR, Antonio Rodríguez. Fórmula pronta? in: Revista Veja, edição 393, São Paulo, Editora Abril, 17 de março de 1976, p. 42.

_____. Por 5 minutos in: Revista Veja, edição 423, São Paulo, Editora Abril, 13 de outubro de 1976, p. 36.

_____. Duro golpe na guerrilha in: Revista Veja, edição 412, São Paulo, Editora Abril, 28 de julho de 1976, p. 32-33.

II – Secundárias

a) Teses e Dissertações

SOCA, Diego Antônio Pinheiro. *O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina: os vãos da morte e a conivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o*

ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar. Monografia para diplomação em licenciatura em História. UFRS. Porto Alegre, 2011.

VIVAS, Ignasi Noguer. *Argentina 78: la Dictadura del balón*. Monografia para diplomação em bacharelado em Comunicação. Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/9572339/Ignasi-Noguer-Vivas-Argentina-78-La-dictadura-del-balon>

b) Artigos e Capítulos

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de & SOUZA, Francisco Iderlan Meneses de. *O coro dos descontentes: o ato de contestar e resistir na ditadura militar argentina*. Revista Ameríndia, Universidade Federal do Ceará, Volume 4, Número 2. Fortaleza, 2007. Disponível em versão eletrônica na internet em: <http://www.amerindia.ufc.br/articulos/pdf4/bruno.pdf>

c) Livros

AGGIO, Alberto & LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. Editora Unesp, 2003.

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou Morrer – Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. FAPERJ, Mauad Editora. Rio de Janeiro, 2002.

BLAUSTEN, Eduardo & ZUBIETA, Martín. *Decíamos ayer – la prensa argentina bajo el proceso*. Ediciones Colihue. Buenos Aires, 1998.

CASTRO, Ruy. *A onda que se ergueu no mar – Novos mergulhos na Bossa Nova*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

CERESOLE, Norberto. *Subversión, contrasubversión y disolución del poder – guerra y sociedad en la Argentina contemporánea – un país entrópico en un mundo apolar*. Centro de Estudios Argentina en el mundo. Buenos Aires, 1996.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1997.

DINGES, John. *Os Anos do Condor – Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Editora 34. Rio de Janeiro, 2004.

GAGGERO, Horácio, GARRO Alicia & MANTIÑAN, Silvia Cecília. *História de América en los siglos XIX y XX*. Editora Aique. Buenos Aires, Argentina, 2001.

- GAMBINI, Hugo. *Historia del Peronismo III (1956-1983) – La Violencia*. Stockcero. Flórida, Estados Unidos, 2008.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada – O Sacerdote e o Feiticeiro*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e Política – Tempos de Vargas e Perón*. Coleção Comunicação 9, 2ª edição. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2001.
- HOPSTEIN, Graciela. *A rebelião argentina – assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. E-Papers Serviços Editoriais*. Rio de Janeiro, 2007.
- LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Objetiva. Rio de Janeiro, 2003.
- LLONTO, Pablo. *La vergüenza de todos*. Ediciones Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, 2005.
- MANFRONI, Carlos. *Montoneros: soldados de Massera – la verdad sobre la contraofensiva montonera y la logia que diseño los 70*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 2012.
- MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor – Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.
- MENDEZ, Juan E. *An American Watch Report – Truth and Partial Justice in Argentina*. The Americas Watch Committee. Nova Iorque, Estados Unidos, 1987.
- NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à restauração democrática*. EdUSP. São Paulo, 2007.
- PALACIOS, Ariel. *Os argentinos*. Editora Contexto. São Paulo, 2013.
- PENNAFORTE, Charles. *América Latina e o Neoliberalismo – Argentina, Chile e México*. E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro, 2001.
- POTASH, Robert. *El ejército y la política em la Argentina 1962-1973 – De la caída de Frondizi a la restauración peronista*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1994.
- RAMOS, Magdalena. *Sou daqui e sou de lá – Autobiografia do exílio*. Summus Editorial. São Paulo, 2007.
- REATO, Ceferino. *Disposición final – La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2012.
- REIN, Raanan. *Argentine Jews or Jewish Argentines? Essays on ethnicity, identity and diaspora*. Holanda, 2010.
- ROBESPIERRE, Maximilien. *Sobre os princípios do governo revolucionário*. Editora UERJ/Contraponto. Rio de Janeiro, 1999.
- SEBRELI, Juan José. *La era del fútbol*. Editora Sudamericana. Buenos Aires, Argentina, 1998.
- STRATHERN, Paul. *Uma breve história da economia*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 2003.

VELLOSO, Marco Aurélio Fernandez & MEIRELES, Marilúcia Melo. *Seguir a aventura com Enrique José Pichon-Rivière: uma biografia*. Casa Psi Livraria, São Paulo, 2007.

Declaração de Autenticidade

“Eu, Carlos Molinari Rodrigues Severino, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Jorge Rafael Videla e o “Processo de Reorganização Nacional”: a construção de uma ditadura militar” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato”.
